



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Carla Soares de Souza Sampaio

**Imakaquitane Warao /A travessia Warao:  
o processo de acolhimento de indígenas venezuelanos refugiados  
em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro**

Duque de Caxias

2024

Carla Soares de Souza Sampaio

**Imakaquitane Warao /A travessia Warao:  
o processo de acolhimento de indígenas venezuelanos refugiados em Nova  
Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Kelly Russo

Duque de Caxias

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S192 Tese	<p>Sampaio, Carla Soares de Souza Imakaquitane Warao /A travessia Warao: o processo de acolhimento de indígenas venezuelanos refugiados em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. / Carla Soares de Souza Sampaio; orientação Profa. Dra. Kelly Russo. - 2023.</p> <p>114 f.</p> <p>Orientador(a): Kelly Russo.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>1. Políticas Públicas - Teses. 2. Imigração Warao - Teses. 3. Povos Originários – Teses. 4. Baixada Fluminense – Teses. I. Russo, Kelly. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.</p> <p>CDU 304(815.3)</p>
--------------	--

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

-----  
Assinatura

-----  
Data

Carla Soares de Souza Sampaio

**Imakaquitane Warao /A travessia Warao:  
o processo de acolhimento de indígenas venezuelanos refugiados em Nova  
Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Aprovada em: 25 de junho do 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kelly Russo (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Letícia de Luna Freire  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roberta Arruzzo  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Duque de Caxias

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos indígenas Warao, por me acolherem como amiga e ensinarem que a vida é uma travessia carregada de lutas e desafios.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ / FEBF. E aos professores do Programa, que contribuíram com seus conhecimentos e com dedicação para conosco.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Kelly Russo, por me colocar na rota, conduzindo essa travessia com acolhimento, carinho e cuidado. A ela devo os meus mais profundos agradecimentos.

Gostaria de agradecer, também, aos meus filhos Beatriz e Bernardo, pelo amor incondicional, mesmo nos momentos em que não conseguia dar a atenção que precisavam, por conta da vida acadêmica.

Ao meu marido Ricardo, que me segurou no colo e tornou a caminhada mais leve.

Aos meus pais Gilberto e Eliane, por serem minha rede de apoio com as crianças.

À professora Dra. Flávia Motta, por me acolher em seu grupo com tanto afeto e cuidado, apoiando-me nesta caminhada como pesquisadora.

À minha psicóloga e amiga Paula, por fortalecer minha autoestima e me fazer acreditar que é possível acreditar e conquistar nossos sonhos.

Aos meus colegas da FEBF, com quem pude compartilhar angústias e aflições ao longo da jornada. E a todos aqueles que me ajudaram ao longo desta caminhada.

Ao Departamento de Articulação, Iniciação Acadêmica e de Assistência e Inclusão Estudantil (**DAIAIE**), que disponibilizou a Bolsa de Auxílio Creche, ajudando-me como mãe pesquisadora a ter mais tempo para a pesquisa, assegurando ao meu filho a assistência escolar, em um espaço com atendimento integral, e que sem esse apoio não seria possível concluir o curso de Mestrado.

Ao grupo Warao, que me acolheu como amiga e com quem partilhei muitas experiências e aprendizados, ao longo desta travessia.

Mudar em movimento,  
mas sem deixar de ser  
o mesmo ser que muda.  
Como um rio.

*(Thiago de Mello, Mormaço na floresta, 1981)*

## RESUMO

SOARES, Carla Soares de Souza Sampaio. **IMAKAQUITANE WARAO - A TRAVESSIA WARAO: o processo de acolhimento de indígenas venezuelanos refugiados em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.** 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

Este trabalho tem como objetivo registrar e refletir sobre o processo de acolhimento e atendimento a um grupo de indígenas Warao que se encontram em situação de refúgio no Município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro entre o ano de 2020 e 2023. Realizamos a pesquisa em diferentes etapas, a saber: revisão de literatura; visitas de campo com observações e conversas com as famílias Warao acolhidas no município; além de observação participativa nos encontros realizadas pelo Grupo de Trabalho Intersetorial da Rede Municipal de Nova Iguaçu, criado para dar suporte ao atendimento específico do grupo Warao. Escolhemos a metodologia da conversa (Moura e Lima, 2014) por ser participativa e qualitativa, possibilitando pesquisar o cotidiano de forma a nos aproximar dos sujeitos, criando vínculos de amizade e parceria com eles. Nosso referencial teórico tem como base os estudos culturais com Hall (2003 e 2005), bem como a perspectiva intercultural crítica e decolonial (Walsh, 2019) e interseccional (Collins e Bilge, 2021). Dados da pesquisa apontaram a necessidade de políticas públicas, também no âmbito municipal, que orientassem e responsabilizassem diferentes setores da gestão pública para a garantia de direitos da população em situação de refúgio, sobretudo aqueles que se reconhecem a partir da identidade indígena. Também percebemos a necessidade da reformulação de concepções a partir de uma posição de maior sensibilidade, escuta e construção de estratégias que valorizem a participação ativa dos sujeitos envolvidos no acolhimento de modo a criar rotinas e procedimentos que respeitem as diferenças culturais e linguísticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Imigração Warao. Povos Originários. Baixada Fluminense.

## ABSTRACT

SOARES, Carla Soares de Souza Sampaio. **Imakaquitane warao - The warao crossing**: the process of welcoming indigenous Venezuelan refugees in Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. 2023. 114 f. Dissertation (Master's in Education, Culture and Communication) - Faculty of Education of Baixada Fluminense, State University of Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

This work aims to record and reflect on the process of welcoming and assisting a group of Warao indigenous people who are in a situation of refuge in the Municipality of Nova Iguaçu, Baixada Fluminense of Rio de Janeiro between the years 2020 and 2023. We carried out the research in different stages, namely: literature review; field visits with observations and conversations with Warao families hosted in the municipality; in addition to participatory observation in meetings held by the Intersectoral Working Group of the Municipal Network of Nova Iguaçu, created to support the specific service of the Warao group. We chose the conversation methodology (Moura and Lima, 2014) because it is participatory and qualitative, making it possible to research everyday life in order to bring us closer to the subjects, creating bonds of friendship and partnership with them. Our theoretical framework is based on cultural studies with Hall (2003 and 2005), as well as the critical and decolonial (Walsh, 2019) and intersectional (Collins and Bilge, 2021) intercultural perspective. Initial data from the research points to the need for public policies, also at the municipal level, that guide and hold different sectors of public management accountable for guaranteeing the rights of the population in refugee situations, especially those who recognize themselves based on their indigenous identity. We also realize the need to reformulate conceptions, from a position of greater sensitivity, listening and construction of strategies that value the active participation of those involved in reception in order to create routines and procedures that respect cultural and linguistic differences.

Keywords: Public policy. Warao Immigration. Original Peoples. Baixada Fluminense.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Extensão Geográfica da Língua Warao.....	40
Figura 2	Presença Warao no Brasil.....	50
Figura 3	Dados sobre a migração no Brasil.....	57
Figura 4	Abrigados na Rodoviária Novo Rio.....	65
Figura 5	Traslado para Japeri.....	71
Figura 6	Traslado para Nova Iguaçu.....	73
Figura 7	Abrigo Escola.....	74
Figura 8	Dados ACNUR.....	77
Figura 9	Dados de outro território.....	82
Figura 10	Fios que desafiam.....	86
Mapa 1	Travessia Warao da Venezuela ao Brasil .....	51
Mapa 2	Travessia pelo Brasil.....	63
Mapa 3	Travessia para a Baixada Fluminense .....	66

## LISTA DE TABELA

Tabela 1	Perfil de trabalhos localizados.....	21
Tabela 2	Dados sobre matrícula e evasão.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDIND	Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – RJ
CEIPARM	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
G.T.	Grupo de Trabalho Intersetorial da Rede Municipal de Nova Iguaçu
GEPELID	Grupo de estudos e pesquisa sobre linguagens e diferenças
M.P.F	Ministério Público Federal
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PLAC	Português como língua de acolhimento
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UINPI	Universidade Intercultural das Nacionalidades e dos Povos Indígenas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 NAJOBÚ HISAKA NARUNOKO: buscando um caminho</b> .....	20
1.1 Revisão de Literatura.....	21
1.2 Objetivos.....	25
1.3 Metodologia.....	26
1.4 Marcos Teóricos.....	29
<b>2 ORIKAIKA WARAO: comunidade Warao</b> .....	37
2.1 Contexto pré-migratório.....	38
2.2 Língua e educação no território tradicional.....	39
2.3 Características sócio-históricas dos fluxos migratórios do povo Warao na Venezuela	42
<b>3 IMAKAQUITANE PARA O BRASIL: a travessia para o Brasil</b> .....	49
3.1 Conceito de políticas públicas.....	53
3.2 Direitos de pessoas imigrantes e refugiadas no Brasil.....	55
3.3 Direitos de pessoas indígenas no Brasil.....	58
<b>4 WAJAKA NARÚ: a viagem Warao para Nova Iguaçu</b> .....	62
4.1 Contextualização Histórica do Território de Nova Iguaçu.....	66
4.2 Reflexões a partir do campo de pesquisa: análise e categorização de dados.....	68
4.2.1 <u>Categoria: Acolhimento</u> .....	69
4.2.2 <u>Categoria: Interseccionalidade, imigração e identidade indígena</u> .....	83
4.2.3 <u>Categoria: Políticas Públicas - Desafios e aprendizados para o Município</u> .....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
<b>APÊNDICE A</b> .....	106
<b>APÊNDICE B</b> .....	107
<b>APÊNDICE C</b> .....	109
<b>APÊNDICE D</b> .....	110
<b>APÊNDICE E</b> .....	114

## INTRODUÇÃO

Quem somos nessa longa caminhada?  
Somos filhos do sol e observadores da pegada  
Cada passo uma história, cada história uma geração  
Cada traço uma mensagem para ser lida com permissão  
*(Kambeba, 2021, p.12)*

Como um rio... iniciei a travessia desta pesquisa refletindo sobre o fragmento do texto da poeta, líder e escritora indígena Marcia Kambeba, que traduzia nosso pensamento sobre o processo da escrita, na tentativa de se compreender o real papel do pesquisador nesta jornada. Pois, assim como na poesia, fomos desafiados a resgatar memórias, observar as pegadas e narrar histórias não apenas de nosso percurso, mas também a de um povo indígena refugiado, no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, sujeitos da pesquisa.

Ao longo deste trabalho dissertativo privilegiamos a presença de epígrafes com trechos de poesias de autores indígenas, como um ato de resistência e respeito à cultura e saber dos povos originários. Além destes, alguns autores não-indígenas foram referenciados também, por dialogarem com as temáticas dos capítulos e subcapítulos de nossa escrita.

Como introdução de nossa escrita, resgatamos memórias de uma longa viagem, que iniciou ao navegar pelos rios da vida acadêmica, na Graduação em Letras (Português/Literaturas). E, posteriormente, velejando no exercício docente como professora de Língua Portuguesa<sup>1</sup>, nos fazendo percorrer um longo caminho de formação em serviço. Assim, entre começos e recomeços, no ano de 2020, começo a atuar no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED). Lá, fiquei imersa em um ambiente de formação docente, permeada pelo universo de leitura de textos teóricos e

---

<sup>1</sup> Docente I leciona no Segundo Segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio, pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e Docente II lecionando na Educação Infantil e Primeiro Segmento do Ensino Fundamental, pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED).

acadêmicos. Mas, embora acreditasse que o exercício de ser professor fosse semelhante ao de um pesquisador, sentia que deveria desembrulhar o sonho de fazer o mestrado e torná-lo real, para me qualificar profissionalmente.

Ao regressar à academia, pude perceber que estudos apontavam que o papel do professor se diferia ao do pesquisador especialmente na forma como o processo de investigação se dá. Bogdan e Biklen (1994) nos ajudou a observar que “bons professores” são observadores, formulam questionamentos de forma sistemática e conseguem chegar a algumas conclusões. No entanto, o pesquisador/investigador “pode devotar-se à investigação de alma e corpo.” (p.64), havendo especificidades de como as teorias serão usadas, assim como a maneira que a análise, conservação de dados e o detalhamento dos registros serão realizados.

É possível afirmar, que a minha *travessia* como pesquisadora se deu na conclusão de uma disciplina isolada (UERJ<sup>2</sup>), ao narrar a diáspora Warao (povo da canoa), indígenas venezuelanos refugiados no município de Nova Iguaçu. Seja por coincidência ou por obra do destino, o final da disciplina culminou com a notícia de que estes estavam sendo atendidos pela SEMED e como o texto que deveria produzir trataria da interseccionalidade, que é a convergência de múltiplas categorias sociais de análise, vi que poderia escrever sobre eles.

Entretanto, como não havia ido ao campo de pesquisa e não conhecia a realidade daqueles sujeitos, por isso construí um texto romantizado, baseando em pesquisas obtidas pela internet, como pode ser observado a seguir:

#### Kuarika Nakuri

- Kuarika Nakuri “vamos em frente”! Dizia sua mãe ao sair da mata para enfrentar o desconhecido.
- Mas, o que está acontecendo?
- Perguntava ela, não compreendendo porque seus pais cochichavam baixinho.
- Então, com voz trêmula sua mãe disse:
- Os homens maus destruíram nossa floresta e mataram os animais, não temos como caçar, nem pescar. E, por isso, aqui não é mais nosso lugar. Na cidade conseguiremos abrigo e alimento, vamos! Vamos menina, de pressa!
- Não quero ir, disse ela.
- Você não tem esse querer, minha criança.

---

<sup>2</sup> Inscrevo-me na UERJ Maracanã na disciplina: Infância e Interseccionalidades, professora Doutora Rita Ribes, ofertada para quem não está no curso de mestrado ainda, mas deseja estudar.

Ela olhou para sua casa, seu lar, admirando pela última vez. E, como rio, lágrimas escorreram de seus olhos.

Assim, inicia-se uma longa jornada desta família indígena Warao o “povo da canoa”, que é o segundo povo indígena mais populoso da Venezuela, habitantes da região do Delta do Orinoco.

- Vamos em Frente! Vamos, enfrente!

Era noite, o sol já se punha, consigo levava apenas tecido, esperança e doces lembranças, que outrora já não eram tão doces assim.

Ao chegar à cidade Venezuelana viram o caos, por meio do desemprego, da fome, do desabrigo, insegurança.

- Kuarika Nakuri , Kuarika Nakuri, entre nesta canoa! Para onde iremos dessa vez, mamãe?

-Iremos para o Brasil, dizem que lá ainda está melhor do que cá, disse ela.

Mas, mal sabiam que a vida aqui não é tão boa assim. Não mesmo... mas, deixemos esse assunto para um outro momento. Embarcando na canoa, navegaram por dias até chegar à terra prometida.

- Que língua estranha! Não entendo o que falam, pensou ela.

Apenas seu pai falava em espanhol e, mesmo com muitas dificuldades, conseguiram se comunicar. Eles foram recebidos pelos senhores gentis e acolhedores.

E, nessa busca por um novo lar, foram levados pelas águas do refúgio.

Andarilhos, caminharam milhares de quilômetros, até chegar em uma pequena cidade a Baixada Fluminense no estado do Rio de Janeiro.

- É Rio? Janokoida! Estamos em casa!

(Trabalho escrito para a conclusão da disciplina Infância e interseccionalidades, na UERJ Maracanã, 21)

Então, motivada pelo desejo de conhecer a história daquele povo, no ano de 2021, comecei a navegar com o grupo de Pesquisa GEPELID<sup>3</sup> (Grupo de estudos e pesquisa sobre linguagens e diferenças) da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), que iniciava uma pesquisa com os Warao em Nova Iguaçu, mesmo sem vínculo com a Universidade. Apesar de ser profissional desta rede educativa, foi através do grupo de pesquisa que tive meu primeiro contato com o grupo Warao, que vivia em uma escola desativada, servindo como abrigo provisório para essas famílias. Estes somavam-se cerca de 27 pessoas, à época, e ao rever as anotações feitas naquele período, encontrei o seguinte fragmento de texto:

---

<sup>3</sup> Professora Doutora Flávia Motta – UFRRJ (GEPELID)

Em uma manhã de sexta-feira, fui conhecer o Grupo Indígena Warao (Povo da canoa), eles são refugiados advindos da Venezuela e assistidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Nova Iguaçu. Minha ida ao encontro deste grupo foi traçada pela incerteza, afinal navegaria por entre rios desconhecidos, mesmo sendo moradora da cidade, nunca havia ido ao Parque Estoril, bairro em que eles residem. Nova Iguaçu é atravessado por muitos caminhos, que vai da Maxambomba ao Iguassú (água grande). Uma cidade que acolheu o povo da canoa e tem em seu rio grande muitos desafios a navegar.

Ao submergir nesta aventura, mesmo sem conhecer o grupo de pesquisa GEPELID, pessoalmente, combinei com três colegas de nos encontrarmos no Centro do Município para irmos juntas, mesmo sem saber quem eram, as encontrei e fomos de UBER. Ao longo da viagem, falamos um pouquinho de cada uma de nós e sobre a expectativa do que encontraríamos lá. No meio do caminho perdi o sinal do celular, apenas uma colega e o motorista o tinha, e em pouco mais de 40 minutos chegamos ao destino final.

Lá, vi uma praça, ruas sem asfalto, era um lugar campestre com muitas árvores e pouca gente. Senti-me como se estivesse em Fugare Urbem (fuga da cidade) saindo da cidade para me conectar com a natureza, comecei então a apreciar a natureza, enquanto aguardava no banco da praça. Então, comecei a pensar como seria o encontro com os Warao.

(Notas sobre visita técnica à família Warao em Nova Iguaçu, 03/09/2021)

Recordo-me, que estava apreensiva naquele momento por não saber o que encontraria e como iria me comportar. E, ainda sentada naquele banco, aguardando a equipe de Assistência Social do Município, que nos apresentaria ao grupo de refugiados, comecei a observar o território em que estavam.

Em meio ao reconhecimento visual do local, vi uma mulher idosa saindo pelo portão azul e olhou em direção ao nosso grupo, logo depois vieram outros adultos e algumas crianças, nosso primeiro contato se deu pela troca de olhares. Eles apareciam no portão e entravam, acredito que estavam nos aguardando também. Até que três meninos saíram com uma bola na mão, um estava com chuteira, um de chinelo e o outro descalço, eles foram brincar de futebol no campo da pracinha. Ficamos lá, observando-os e aguardando a chegada da equipe por uma hora, aproximadamente.

(Notas de visita técnica à família Warao em Nova Iguaçu, 03/09/21)

Após uma longa espera, conseguimos entrar no abrigo. Mesmo em meio à desconfiança daquele grupo, estabelecemos contato apenas com o cacique

(Aidamo<sup>4</sup>), o homem mais velho daquela família. Mas, ao adentrar à casa, percebi que precisava compreender melhor aquele grupo. Havia ali muita história a ser contada, muitas lutas silenciadas, muita dor guardada. Queria ouvi-los, compreendê-los e aprender com eles.

Após a travessia daquele grande rio azul, chegamos em terra firme e, no quintal, avistei muitas roupas estendidas no varal, algumas mulheres sentadas no chão, em cima de tecidos, com suas crianças e potes com miçangas espalhados ao redor. Estavam fazendo pulseiras coloridas, típicas de sua cultura, com figuras de animais e formas geométricas.

Algumas mulheres com seus bebês, nascidos em nosso país, no colo ao fiar o nylon na madeira, teciam também sua cultura e ali renascia a esperança.

(Notas sobre visita técnica à família Warao em Nova Iguaçu, 03/09/21)

Foi desta forma que a temática sobre o fluxo migratório e educação de povos originários me escolheram. A partir desse processo, em 2022, inscrevi-me para a seleção do Mestrado da UERJ/FEBF<sup>5</sup>. Cabendo destacar, que ao ingressar no curso de mestrado, o olhar sobre aquele povo foi sendo ressignificado, como referenciado na epígrafe principal do presente trabalho, na poesia *Como um rio*. A nossa experiência, de mudar em movimento, dialoga diretamente ao fragmento destacado, que assim como um rio, nosso curso foi sendo modificado no meio da travessia.

É relevante afirmar que, para compor e construir a escrita deste trabalho buscou-se o equilíbrio entre o lugar como servidora da Secretaria Municipal de Educação e o início do exercício de pesquisadora. Assim como afirma Marli André (2001), reconheço

o quão difícil os papéis de ator e pesquisador, buscando o equilíbrio entre a ação e a investigação, pois o risco de sucumbir ao fascínio da ação é sempre muito grande, deixando para o segundo plano a busca do rigor que qualquer tipo de pesquisa requer (idem, 2001, p.57).

Com a trajetória entre indagar e refletir sobre a própria prática profissional, a presente pesquisa foi construída de forma ética e reflexiva, na tentativa

---

<sup>4</sup> Aidamo exerce a função de Cacique e geralmente representa o seu núcleo familiar ou comunidade.

<sup>5</sup> Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ / FEBF (Caxias)

constante de se descolar do papel da profissional para observar o campo, sob a perspectiva da pesquisadora. Não é fácil atuar neste papel, pois exige posicionamento como pesquisadora e muitas vezes, na tentativa de tirar fendas que tentaram aprisionar-me às antigas práticas e concepções, “sangrei ao cortar a minha própria carne”, o que gerou muitos desconfortos como servidora. Contudo, por estar imersa no campo, a postura de aproximação e distanciamento, foi o maior desafio, pois trouxe muitas dúvidas e questionamentos.

Assim, buscamos compartilhar informações sobre o perfil sociocultural das famílias Warao, aspectos gerais sobre o território em que estavam inseridos, no período pesquisado, apresentando algumas reflexões teóricas, especialmente pela não permanência do grupo no final da travessia da pesquisa.

## 1 - NAJOBÚ HISAKA NARUNOKO: buscando um caminho

Como um rio, que nasce  
de outros, saber seguir  
junto com outros sendo  
e noutros se prolongando  
e construir o encontro  
com as águas grandes  
do oceano sem fim.

(Thiago de Mello, *Mormaço na floresta*, 1981)

Najobú Hisaka Narunoko<sup>6</sup> significa *buscando um caminho*, na língua Warao, e a escolha deste título reflete-se com a nossa busca por um caminho pela pesquisa, interseccionando-se como o caminho que os próprios Warao buscam em sua travessia. E como a epígrafe, presente nesta introdução<sup>7</sup>, o “rio” aparece ao longo do texto de forma metafórica, representando o fluxo migratório e nossa própria travessia na pesquisa.

Entretanto, para embarcar nesta viagem, a voz no texto deixará de ser “eu” e se tornará “nós”, pois não irei sozinha, conto com o apoio de minha orientadora, que tem me ajudado a traçar a rota deste trabalho. Também, nos propusemos a seguir juntos de nossos interlocutores, apoiando-nos em referenciais teóricos, que busquem reconhecer a relação geopolítica hierárquica entre países do Norte Global (produtores de conhecimentos ditos universais e validados academicamente) e nós, do Sul Global, além de investigar se há herança colonial nas práticas de acolhimento, entendendo a colonialidade como fruto da imposição eurocêntrica do modo de pensar, ser, estar e conviver no mundo, capaz de tornar os pensamentos e saberes de outros povos como o saber “outro”, na tentativa de os subalternizar e invisibilizar.

Chegamos no momento da pesquisa em que precisei definir o rumo que seguiríamos, começando com a abordagem da revisão de literatura, que nos mostrou o quão inexplorado havia sido o tema sobre o acolhimento de crianças

---

<sup>6</sup> Ao longo do texto, nos dedicamos a traduzir, de forma simples, algumas palavras em Warao, que se baseiam em um corpus de dados coletados diretamente durante os trabalhos de campo, compreendendo, no entanto, que uma tradução robusta da língua no campo Hermenêutico, exigiria maior complexidade.

<sup>7</sup> Poesia de Thiago de Mello, poeta da terceira geração modernista e ícone da Literatura Regional Amazonense que viveu exilado e ficou internacionalmente reconhecido pela produção de obras comprometidas com a luta pelos direitos humanos.

indígenas refugiadas de etnia Warao, no campo da educação. Que nos permitiu tecer uma breve reflexão sobre quem somos e o percurso que iríamos trilhar, a partir dos objetivos traçados para a travessia do rio da pesquisa e abordando, também, a metodologia e marco teórico.

### 1.1 Revisão de Literatura

Inicialmente, nossa pesquisa versaria pelo acolhimento de crianças indígenas e imigrantes e ensino de Língua Portuguesa como terceira língua, e buscamos por meio de levantamento realizado na plataforma de Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Periódicos da CAPES, entre o período de novembro de 2022 a janeiro de 2023, trabalhos usando o descritor “Ensino de Português” and “Imigrantes”, destes apenas dois se relacionavam aos nossos sujeitos, sendo um trabalho do sul e um do norte e encontramos 84103 trabalhos. Decidimos, então, iniciar uma nova busca, a partir dos descritores “Warao” and “Educação” e encontramos outros dois trabalhos (um do Norte e um do Nordeste) entre artigos, teses e dissertações. Mas, nenhum destes era da região sudeste de nosso país. Assim, mais um descritor foi usado: “Warao” and “Rio de Janeiro”, e encontramos um único trabalho, o que pode expressar, ainda que timidamente, que a nossa temática no campo da Educação, começa a se constituir e existem poucas produções acadêmicas, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 1 - Perfil de trabalhos localizados

<b>ANO</b>	<b>TIPO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PALAVRAS</b>	<b>AUTORES</b>
2018	Dissertação	Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas Universidades Federais.	Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas Universidades Federais.	Aline Aurea Martins Marques
2021	Dissertação	Construção Identitária de Imigrantes Venezuelanos através do ensino de Português como língua estrangeira em Boa Vista	Identidade Imigrante, Ensino de Português, imigrantes Venezuelanos	Rouse Karoline Coelho Duarte Santos

2021	Tese	Kuarika Naruki: Educação Escolar do Povo Warao Em Territorialidade Movente Na Amazonia Paraense	Territorialidade, Educação Escolar Warao, Povo Warao	Julia Teixeira de Miranda	Cleide de
2021	Artigo	Barreiras para o acolhimento dos Povos Warao no Brasil	Acolhimento, Povo Warao	Julia Silva Rensi e Maria Luísa De Brito Câmara	
2020	Tese	A Mobilidade Warao no Brasil e os Modos de Gestão de uma população em Trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus-Am e de Belém-PA	População em Trânsito, Mobilidade Warao, Gestão	Marlise Mirta Rosa	
2023	Dissertação	Políticas públicas educacionais na infância: um olhar para a questão das crianças refugiadas em Nova Iguaçu	Infância, Criança Refugiada, Políticas Públicas	Tamara Cabral da Hora	

Fonte: A autora, 2022.

Nesse conjunto de produções encontradas, podemos perceber que as pesquisas são recentes e grande parte tem se preocupado com os estudos sobre políticas públicas e ensino de língua portuguesa, como língua de acolhimento. Apesar de haver grande fluxo migratório de refugiados da Venezuela, com o acolhimento de mais de 9,4 mil pessoas indígenas refugiadas e migrantes, de acordo com dados do ACNUR, são tímidos os estudos neste campo de pesquisa.

**Brasília, 25 de abril de 2023** - Dados coletados pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome indicam que a população indígena refugiada e migrante no Brasil é formada por 9.474 pessoas de 3.402 grupos familiares. Em termos numéricos, a etnia mais expressiva é a Warao (67%), seguida dos Pémon (28%), E'ñepá (2%), Kariña (2%) e Wayúu (1%), todas oriundas da Venezuela.

(<https://www.acnur.org/portugues/2023/04/25/brasil-acolhe-mais-de-94-mil-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes/>)

Miranda (2021) aponta que imigrantes indígenas de etnia Warao estão inseridos na cidade de Belém-PA, descrevendo especialmente o processo de escolarização de adultos e crianças Warao em contexto urbano. A referida pesquisa tem como objetivo localizar o leitor quanto ao movimento deste povo, da diáspora de seu território à cidade de Belém, estado do Pará, região Norte do Brasil. Para tanto, a autora lançou mão de teóricos como FREIRE, 2020, 1996;

BANIWA, 2009, 2019; TASSINARI, 2001, para dialogar sobre a educação, HAESBAERT, 2004, 2007, 2016, com a Geografia, BANIWA, 2006; na perspectiva intercultural a autora dialoga com WALSH, 2009; Além de GEERTZ, 1989 e HALL, 2013; BHABHA, 2013, que contribuíram com estudos antropológicos e sociais.

Contudo, em uma segunda dimensão metodológica, a mesma optou pela pesquisa de abordagem qualitativa, sob a luz da etnometodologia de COULON, 1995, defendendo que os princípios da “prática/realização” e da “reflexividade” foram os mais relevantes para sua pesquisa. Como base de coleta de dados foram usadas a pesquisa documental, o diário de campo (como instrumento de registro da observação), entrevista e conversas informais. Assim, a mesma defende a tese de que a educação desempenha importante papel na vida do povo Warao, podendo promover sua liberdade, nas palavras da autora. Mas, para isso esta deve ser específica e diferenciada.

Já na pesquisa de Rensi e Câmara (2021), observamos que estes narram a chegada dos indígenas Warao ao Brasil e os desafios e limites das políticas de migração nacional. Sob uma perspectiva de análise das políticas públicas, as mesmas contribuem com o levantamento das legislações vigentes e tentam sistematizar as principais limitações do contexto pesquisado, por meio de um estudo de caso. Para a realização da pesquisa, destacamos alguns referenciais usados pelas autoras, que podem contribuir com o nosso estudo, como documentos oficiais do ACNUR<sup>8</sup> (2019 e 2021), Legislações de migração no Brasil, além de autores que tratam da diáspora Warao e o modo de vida na Venezuela: GARCÍA-CASTRO (2021), FRANCH (2019) e HEINEN (2011), por exemplo. E, por fim, ao utilizarmos os descritores “Warao” and “Rio de Janeiro” encontramos dois trabalhos, mas ambos estavam indisponíveis na plataforma Sucupira. Contudo, percebemos que a tese de Rosa (2020) foi transformada em livro. Assim, por considerarmos uma pesquisa importante para o nosso estudo, adquirimos o mesmo.

Recentemente foi defendida uma dissertação de mestrado de Tamara Cabral da Hora (2023), uma das participantes do grupo GEPELID, sob o qual fazia parte, que versa sob as políticas públicas educacionais, tendo como

---

<sup>8</sup> Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

sujeitos as crianças refugiadas em Nova Iguaçu. Esta se apoia em uma perspectiva teórica Bakhtiniana e é voltada à compreensão da oferta dos direitos educacionais, garantidos pelas legislações nacionais, buscando identificar, por meio da metodologia da conversa, as políticas públicas de acolhimento do município. Sendo possível observar que há pouca produção acadêmica sob esta temática, especialmente no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, usamos os descritores "ENSINO DE PORTUGUÊS" AND "IMIGRANTES" e encontramos 6 trabalhos. Porém, apenas dois estavam disponíveis na Plataforma Sucupira e serão importantíssimos para a construção do nosso trabalho. O primeiro encontrado foi um estudo sobre o ensino de português para Venezuelanos da Universidade Federal de Roraima, se aproximando ao nosso interesse de pesquisa. Já o outro é uma dissertação que traz a língua Portuguesa como língua de acolhimento aos estrangeiros, outro tema sensível em nossa pesquisa.

Rouse (2021) fez um estudo de caso a fim de compreender o processo de ensino e aprendizagem do curso PLAc (Português como língua de acolhimento) oferecido pelo Instituto Federal de Roraima E elaborou um trabalho muito interessante sobre os pilares que constituem um sujeito (língua, cultura e identidade) narrando a migração de venezuelanos para o Brasil. A mesma dialoga com pensadores como Woodward (2000) que, segundo ela, aborda a temática da imigração. Sendo esta “associada à constituição de identidades plurais que por vezes são contestadas e desestabilizadoras em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades.” (p.17).

Outro pensador usado na pesquisa de Rouse (2021) é Hall (2003 e 2005), que aborda a diáspora sob o viés da identidade e diferença. Conceitos usados em nossa pesquisa também. E, traz uma reflexão sobre a língua, que se estabelece e desenvolve a partir das relações sociais, permitindo a compreensão da cultura, identidade, diversidade. Já Aline (2018) é do campo da Linguística Aplicada, mas como traz uma perspectiva do fluxo migratório de três grupos étnicos-culturais: Venezuelanos, Haitianos e Sírios. E, faz uma pesquisa sobre o ensino da Língua Portuguesa como língua de acolhimento, achamos interessante, a fim de ampliar nossa perspectiva sobre o tema. Assim, observamos que ela apoiou seus estudos em pensadores como: ANÇÃ, 2006; CABETE, 2010; GROSSO, 2010; AMADO, 2013; SÃO BERNARDO, 2016;

LOPEZ, 2016. Por fim, a mesma faz um levantamento dos cursos Plac oferecidos em Universidades Públicas pelo país, podendo conter importantes informações para nosso estudo.

Entretanto, após este longo afinamento de nosso arcabouço de pesquisa, fomos atravessados pela instabilidade de seguirmos por aquele caminho, por ser servidora pesquisadora, tive algumas dificuldades de seguir o curso deste rio, justamente por ter de revelar as fragilidades da rede municipal, no âmbito da educação, saúde e assistência social. Apesar de tentar propor parcerias entre a universidade e a rede de educação, oferecendo formação em serviço aos profissionais sobre as temáticas de educação indígena e refúgio, não houve interesse e algumas ranhuras nesta relação, nos fizeram recuar na pesquisa. Naquele momento, foi o tempo de reavaliação de nossas rotas. E, para que esta pesquisa não naufragasse, decidimos traçar um novo caminho para o transpor o rio que nos dispomos a atravessar. Surgiram assim, algumas indagações e estas nos fizeram refletir sobre o processo de acolhimento e garantia de direitos dos sujeitos da pesquisa, não apenas no campo da educação. Pensando e buscando responder sobre o que provocou a sua diáspora? Como tem sido estar no Brasil, não dominando o nosso idioma? Que direitos lhes são garantidos e como estão vivendo/sobrevivendo aqui? Como o grupo Warao tem sido acolhido pelo município? Como os Warao percebem esse acolhimento?

## 1.2 – Objetivos

Contudo, o objetivo geral de nosso estudo se propõe a compreender como tem sido o processo de acolhimento ao grupo Warao, no município de Nova Iguaçu, entendendo qual é o papel da escola e de outros setores municipais, neste contexto e como é percebida por eles. E para chegar ao objetivo geral, teremos como objetivos específicos as seguintes proposições:

1. Investigar como um grupo indígena de etnia Warao chegou ao município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro;
2. Identificar como foi o processo de acolhimento na rede municipal de Nova Iguaçu, no campo da educação, saúde e assistência social;

3. Analisar a implementação de políticas públicas ou sua ausência, no processo de acolhimento na rede municipal nas esferas da educação, saúde e assistência social;
4. Identificar os principais desafios neste acolhimento, reconhecendo experiências de outros estados.

### 1.3 - Metodologia

Para tanto, organizamos o presente trabalho em diferentes etapas, a saber: revisão de literatura, análise de Pareceres Técnicos do Ministério Público Federal<sup>9</sup> (M.P.), de documentos produzidos pelo ACNUR, das ATAS das Reuniões do Grupo de Trabalho Intersetorial da Rede Municipal de Nova Iguaçu<sup>10</sup> (G.T.), de Formulários com o perfil migratório da família Warao pesquisada<sup>11</sup> (Anexo B), de Entrevista aos profissionais de educação (Anexo A), Caderno de Campo e o Caderno com notas técnicas das observações realizadas antes de iniciar o mestrado. Além destes, teremos o referencial teórico, que norteará a escrita da presente pesquisa, cabendo destacar que buscarei o equilíbrio entre o lugar como profissional de educação e a minha travessia como pesquisadora.

Neste sentido, a perspectiva metodológica do presente trabalho dissertativo será participante, qualitativa, por meio da conversa, por reconhecermos que, através do diálogo e parceria com nossos sujeitos, poderemos mergulhar em suas histórias para ouvir o não-dito. Gilberto Velho (1978) nos ajuda a compreender que

A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca

---

<sup>9</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - SECRETARIA DE PERÍCIA, PESQUISA E ANÁLISE – PARECER TÉCNICO No 208/2017, PARECER TÉCNICO N°10/2017, PARECER TÉCNICO N° 776/2021, PARECER TÉCNICO N° 328/2018, PARECER TÉCNICO N° 2193/2019, PARECER N° 1127/2020 e PARECER TÉCNICO N°509/2021, que descrevem e analisam o perfil Warao no território brasileiro.

<sup>10</sup> Rede Intersetorial, composto por diversas frentes de trabalho, como: representantes das secretarias municipais de assistência social, saúde e educação, das organizações da sociedade civil, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, OIM (Organização Internacional para as Migrações), pesquisadores da UERJ e UFRRJ, CEDIND (Conselho Estadual Direitos Indígenas-RJ) e liderança Warao do Município.

<sup>11</sup> Formulários com o perfil migratório da família Warao construído a partir do modelo presente no anexo 5, do PARECER TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL n° 328/2018, p. 49.

registrada. Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia (idem, p 123)

Acreditamos que a roda de conversa nos possibilita pesquisar o cotidiano de forma a nos aproximar dos sujeitos, criando vínculos de amizade e parceria com eles. Moura e Lima (2014) nos ajudam a refletir sobre essa perspectiva ao afirmarem que

A roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo. (idem, p. 99)

Na metodologia da conversa devemos ouvir muito mais do que falar, e nessa atitude de escuta atenta às vozes dos sujeitos, poderemos observar como estes ressignificam o território e narram suas memórias, histórias e incertezas, permitindo uma aproximação de forma horizontal, não hierárquica. A professora Nilda Alves (2003) diz que, no cotidiano, a conversa expressa um *espaçotempo* de interlocução mais informal, que conecta os sujeitos de forma despretensiosa. Neste sentido Moura e Lima (2014) afirmam que

É assim também com as rodas de conversa, quando utilizadas como instrumento de pesquisa, uma conversa em um ambiente propício para o diálogo, em que todos possam se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado seja relevante para o grupo e suscite, inclusive, a atenção na escuta. Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. (idem, p. 99)

Dedicamos um longo período de empiria e observação em campo, que ressignificou nosso olhar sobre o fluxo migratório Warao. Cabendo salientar que constam em nossos registros 18 encontros, que duravam cerca de três horas presenciais e virtuais, somando-se cerca de 56 horas, em um período de um ano e nove meses. Entre os meses de agosto e setembro, participei de três cursos sobre cosmologia e vida Warao, com a professora Leany Torres, líder Warao em Roraima, na modalidade virtual, realizado pela ONG Pacto pelo Direito de Migrar, por meio do Projeto Identidades – Cultura Global em Movimento. Nesta escuta, conseguimos observar as mudanças faciais que iam do sorriso largo, ao narrem suas memórias de infância e vida na comunidade Warao, às expressões de tristeza, ao falarem da fome e ausências vividas no Brasil. E foi assim, por meio da conversa, que conseguimos adentrar à sua casa e, com o passar do tempo, ganhar sua confiança e amizade.

Por isso, acreditamos que conversa é como água em movimento no curso do rio, que permite deslocamentos de perspectivas ao olhar o outro, abrindo-nos novas percepções e sentidos. Já a entonação é outro elemento que diz muito sobre os nossos sujeitos, pois à medida em que mergulhamos em suas histórias, conseguimos ouvir o não dito, como suas angústias, desejos, emoções. Assim, além dos Warao, nossa pesquisa também será com os profissionais que atuaram diretamente com a família, em que buscaremos dialogar através da entrevista semiestruturada. Por uma questão ética, selecionamos a escuta de um membro da equipe de Assistência Social da rede e um membro do Ministério da Capelania em Ação que acompanhou os Warao da rodoviária Novo Rio à Nova Iguaçu, a fim de compreender suas perspectivas sobre o acolhimento dos Warao no território iguaçuano.

Nesse contexto, no primeiro capítulo descrevemos o caminho para a pesquisa, reconhecendo a conversa com a metodologia, que poderá nos aproximar de nossos sujeitos, como também, apresentamos os objetivos traçados, a revisão de literatura e os marcos teóricos que nortearam a escrita deste trabalho. Seguindo para o segundo capítulo, traçamos o perfil sociocultural do povo Warao, com contexto pré-migratório e as características deste povo na Venezuela.

No terceiro capítulo mapeamos a rota de travessia das famílias Warao para o Brasil, abordando os marcos legais que estabelecem os direitos indígenas

e refugiados, em uma perspectiva interseccional, sendo apresentados os seguintes documentos: a Constituição Federal de 1988, Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiado, Lei 9474/97, que define a implementação da Convenção de 1951, dados de relatórios e de documentos do ACNUR.

No quarto capítulo apresentamos a travessia de nossos sujeitos de pesquisa para o município de Nova Iguaçu, apresentando características destes sujeitos e do território de Nova Iguaçu, bem como suas perspectivas sobre o processo de acolhimento. Tecendo, também, reflexões a partir do campo de pesquisa, por meio da análise e categorização de dados. Por fim, trazemos nossas considerações finais, referenciais bibliográficos e anexos.

#### 1.4 – Marcos Teóricos

Iniciamos a travessia desta pesquisa sob o viés teórico da perspectiva crítica de educação intercultural, trazidos em pesquisas de Walsh (2019), Candau (2011), Quijano (2005) e Ballestrin (2013), ao pensarmos em conceitos teóricos da interculturalidade crítica, decolonialidade e interseccionalidade, que nos ajudaram a analisar o percurso Warao em sua travessia para o Brasil, bem como a forma com o foram acolhidos no território de Nova Iguaçu, bairro periférico do Rio de Janeiro.

Assim, Quijano (2005) nos ajuda a compreender a gênese do processo de colonização, presente em nosso país, ao trazer um longo debate acerca da concepção de raça. Ele diz que este termo surgiu a partir do modelo de estrutura biológico, criado para diferenciar os grupos sociais de acordo com a referência geográfica em que cada um habitava. Este processo determinou denominações como espanhol, europeu, branco, negro, indígena... Denotando-lhes uma hierarquização social, que serviu de instrumento de classificação e dominação.

Nesta perspectiva, o referido autor afirma que a globalização e o capitalismo trouxeram uma estrutura de controle da força de trabalho, especialmente no processo de construção histórica de países da América. Assim, esse controle passou a ser de dominação dos povos classificados como inferiores pelos colonizadores, que impuseram um ideal (modelo) marcado pelo fenótipo branco e europeu, em detrimento aos outros. Nesse sentido, com a

expansão da colonização e elaboração sistêmica da Europa Ocidental do século XVII, a concepção eurocêntrica de produção do conhecimento e ideia de superioridade/inferioridade foi sendo forjada no cerne social dos territórios colonizados, em que a produção do saber europeu passou a ser considerado modelo a ser seguido e reproduzido. Quijano (2005) aponta que

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (idem, p.1)

Walsh (2019), importante pesquisadora dos estudos decoloniais nos ajuda a compreender esse fenômeno ao afirmar que o poder colonial não terminou com o fim da colonização e diz ainda que, estamos amarrados àquilo que nos constituiu como colônia. Neste sentido podemos dizer que o conhecimento e cultura de povos não-europeus continuam sendo desqualificados, inferiorizados e invisibilizados, muitas vezes, sendo concebido como saber “outro”. Torres (2007), diz que a colonialidade é fruto ou produto do colonialismo, ou seja, é a herança deixada pela dominação política e econômica do período colonial, que sobrevive nos dias atuais, na relação de poder entre os povos e nações se estabelecendo e determinando a forma de construção do saber e de autoridade.

As pesquisadoras brasileiras Candau e Oliveira (2010), afirmam que o termo colonialidade do poder

faz alusão à invasão do imaginário do outro, ou seja, sua ocidentalização. Mais especificamente, diz respeito a um discurso que se insere no mundo do colonizado, porém também se reproduz no lócus do colonizador. Nesse sentido, o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e

subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos. Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não-europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não-europeus. (idem, p. 19)

Assim, mesmo com o fim do modelo político colonial, o racismo “epistêmico” persiste. Visto que, a colonialidade tenta modelar o processo de construção de conhecimento, operando no imaginário desses grupos e se estabelecendo, inclusive nas instituições escolares. Ballestrin (2013) afirma que essa perpassa por três dimensões: poder, saber e ser, e diz que estes se estabelecem no controle de esferas sociais, como na economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero, sociedade, conhecimento e subjetividade. (p. 100).

Diante deste cenário, no início do século XX, especialmente após a segunda Guerra Mundial, surge um grande debate sobre a modernidade, emergindo dos movimentos sociais, que traz um pensamento de descentralização europeia no processo de construção do conhecimento. Neste fluxo contínuo de mudança de perspectivas, passa-se a reivindicar o reconhecimento dos saberes produzidos no território local e por sujeitos, antes invisibilizados.

No século XXI, um grupo formado por intelectuais latino-americanos, situados nas mais variadas universidades das Américas, realizou grande renovação crítica no campo da pesquisa das ciências sociais na América Latina, criando o coletivo Modernidade/Colonialidade. A partir do rompimento com os estudos subalterno latino-americano, problematiza-se e defende-se a decolonialidade no campo teórico, político e epistêmico (Ballestrin, 2013, p.1). Estes acreditam que a decolonialidade é um processo contínuo, que abre caminho para a desconstrução de modelos do norte global, ainda hoje reproduzidos nas escolas, defendendo a ideia de que precisamos aprender a desaprender, para aprender de outro modo.

Diante disso, Walsh (2019) nos ajuda a refletir sobre a lógica da interculturalidade crítica decolonial, ao trazer a lógica do conhecimento “outro”,

na tentativa de explicar os paradigmas da construção do saber “universal” do Ocidente.

Em outras palavras, a lógica da interculturalidade compromete um conhecimento e pensamento que não se encontra isolado dos paradigmas ou das estruturas dominantes; por necessidade (e como um resultado do processo de colonialidade) essa lógica “conhece” esses paradigmas e estruturas. E é através desse conhecimento que se gera um “outro” conhecimento. Um pensamento “outro”, que orienta o programa do movimento nas esferas política, social e cultural, enquanto opera afetando (e descolonizando), tanto as estruturas e os paradigmas dominantes quanto a padronização cultural que constrói o conhecimento “universal” do Ocidente. (idem, p. 16 e 17)

A autora salienta que o processo de ensino intercultural não é privilegiar uma cultura em detrimento a outra, mas construir um novo espaço epistemológico. Pois, em suas palavras

O objetivo não é a mescla ou a hibridização das formas de conhecimento, nem uma forma de invenção do melhor dos dois mundos possíveis. Pelo contrário, representa a construção de um novo espaço epistemológico que incorpora e negocia os conhecimentos indígenas e ocidentais (e tanto suas bases teóricas quanto as experimentais), mantendo consistentemente como fundamental a colonialidade do poder e a diferença colonial da qual vêm sendo sujeitos. Surge aqui a possibilidade de falar em uma “inter-epistemologia” como uma possível forma de se referir a esse campo relacional. Nessa construção conceitual, tanto a partir do olhar da UINPI<sup>12</sup>, quanto do projeto político maior, a interculturalidade indica uma política cultural e um pensamento oposicional, não simplesmente baseado no reconhecimento ou na inclusão, mas sim dirigido à transformação das estruturas sócio-históricas. (Walsh, 2019 p. 17 e 18)

No Brasil, no campo da didática, a pesquisadora Vera Candau (2011) vem discutindo sobre a importância da perspectiva intercultural na escola brasileira e evidencia a ideia de que, já na década de 90, Paulo Freire antecipava o pensamento intercultural na educação, quando defendeu sua dimensão cultural e de transformação social. Reforçando a ideia de uma educação libertadora, que deveria respeitar o saber produzido pelo aluno, mesmo em espaços não-formais (idem, p. 245). A autora salienta, que muitas vezes as

---

<sup>12</sup> UINPI - Universidade Intercultural das Nacionalidades e dos Povos Indígenas

diferenças são consideradas um “problema” (grifo da autora, *idem*, p. 241) ou apenas ignoradas pelas escolas, afirmando que “em geral, a cultura escolar continua fortemente marcada pela lógica da homogeneização e da uniformização das estratégias pedagógicas.” (*idem*, p. 245).

Contudo, Cusicanqui (2021), socióloga e ativista indígena boliviana, de etnia Aimará, expõe uma crítica aos limites desse grupo de estudiosos, ao nos fazer refletir sobre o palco que se dá no campo da pesquisa de estudos pós-coloniais e de pensamento decolonial, às fundamentações teóricas construídas por, segundo ela, intelectuais produtores de conhecimentos ditos universais e validados academicamente, em detrimentos aos intelectuais indígenas, que carregam marcas ancestrais em sua essência e história.

A referida autora contextualiza que, ainda que se tente combater o colonialismo com palavras, a ação é mais importante. Afirmando que a descolonização precisa ser uma ação e não apenas pensamento ou retórica. Neste sentido, balizar as produções e pesquisas acadêmicas, também, em estudiosos indígenas é ter a oportunidade de observar em loco, como o colonialismo pode estar sutilmente internalizado em nossas práticas cotidianas, especialmente por nos reconhecermos neste lugar, sendo pesquisadores não-indígenas e/ou Crioulo<sup>13</sup>, na língua Warao. O que nos faz refletir sobre a forma em que poderemos contribuir para que essas vozes não sejam silenciadas. Para tanto, o que se propõe no presente trabalho é analisar o processo de construção do saber e observar se há espaço de negociação do conhecimento intercultural, que oportunize escutas dos sujeitos, não para juntar ou mesclar, mas para negociar as bases teóricas e as experiências no atendimento aos Warao.

Utilizamos também a perspectiva interseccional, por ser uma importante ferramenta de análise ao trabalharmos com famílias indígenas, que também se interseccionam na categoria de refugiados. Assim, nosso aporte teórico será sob as perspectivas de Collins e Bilge (2021), que reconhecem a interseccionalidade como uma ferramenta heurística na resolução de problemas, capaz de produzir reflexões e debates importantes na luta contra a desigualdade social.

Neste sentido, os Gidderns e Sutton (2017) reforçam a ideia de que a sociologia pós-Marx definiu o termo classe social como uma forma de influenciar

---

<sup>13</sup> Crioulo, na língua Warao, significa o homem Branco, ou seja, não-indígena

os padrões e modo de vida dos sujeitos, determinando uma forma de desigualdade. E, afirmam que já na década de 70, se compreendia a existência de uma diversidade de marcadores sociais, que poderiam provocar a desigualdade, como por exemplo questões de raça e gênero (idem, p.1). Definindo a perspectiva interseccional como intercruzamento das desigualdades sociais, que analisam os padrões complexos de discriminação.

Cabe destacar, que nesta perspectiva de análise, Collins e Bilge (2021) abordam quatro domínios de poder: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal, que apesar das diferenças, se interrelacionam. Nos ajudando a compreender as forças de poder presentes na estrutura social, que podem revelar como as categorias se organizam e estruturam os segmentos sociais.

Outro fator importante de se perceber é o fato de serem refugiados da Venezuela, país latino-americano, que tem sido utilizado no discurso da extrema direita internacional como exemplo de país comunista fracassado, com a justificativa para a luta contra a suposta implantação deste regime político no país<sup>14</sup>. São múltiplos marcadores sociais, que os impactam favorecendo, ou não, o processo de inclusão dessas famílias na sociedade brasileira.

Mas, apesar de todo e qualquer subjugamento que vivenciaram naquele novo território, a Constituição Brasileira reconhece que lhes sejam garantidos todos os direitos de acesso aos serviços públicos universais, como a saúde e a educação, além de terem direitos específicos e diferenciados por serem também reconhecidos como indígenas, como veremos mais adiante em nossa pesquisa.

Nesta perspectiva, analisamos a forma como a família Warao foi acolhida no município, observando as relações de poder existentes neste processo e compreendendo a existência de outras formas de desigualdade, além da categoria da classe social. Cabendo destacar, que nos importou observar o campo sob o viés interseccional, na tentativa de identificar as experiências dos sujeitos e relações de poder, que foram determinadas pelas categorias que ocupam, no contexto de ampliação de direitos.

---

<sup>14</sup> O ex-Presidente Jair Bolsonaro (PL) utilizou o país vizinho para atacar qualquer partido considerado de esquerda e principalmente, para combater o atual presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por diversas vezes durante todo o seu mandato. Ele repetiu uma prática comum em campanhas eleitorais de ultra direita de criar um “exagero de conceitos para gerar o medo”, como analisa o cientista político Luis Javier Ruiz em entrevista disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/brasil-vai-virar-a-venezuela-o-que-esta-por-tras-do-bordao-da-direita-que-segue-vivo-em-2022> Acesso em: 01 fev. 2023.

Em nossa pesquisa, buscamos compreender a concepção de Diáspora, deslocamento forçado, termo derivado da história moderna da barbárie do Holocausto Judeu e que nos ajudará a analisar o contexto migratório e a resignificação da identidade cultural do Povo Warao, em meio a experiência diaspórica marcada pela pobreza, subdesenvolvimento e falta de oportunidades.

Sob a perspectiva de Hall (2006) compreendemos que a identidade cultural é como uma produção inacabada, incompleta, um processo em construção. (idem, p. 21). E, que a diáspora, se refere ao deslocamento forçado ou não, de um determinado povo pelo mundo, processo que envolve o seu deslocamento no tempo e espaço, mas também está diretamente ligado à sua redefinição identitária. Pois, segundo o autor, as identidades se tornam múltiplas em contexto diaspórico.

É possível afirmar que, a partir de seu deslocamento para outra terra, estes povos reelaboram novas práticas e formas de viver, na garantia da existência de seu povo, e passam a fazer parte do novo território. Assim, os povos que saem de sua terra de origem, muitas vezes, decidem viver noutro lugar, tornando-se parte da terra de acolhimento. Com isso as dispersões tendem a dissolver-se, a partir do momento em que os seus membros perdem suas antigas identidades, assumindo outras novas (SOUSA, 2013, p.2). Neste sentido, Hall (2003) afirma que

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural caribenha requerem a noção derridiana de *différance*— uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também places de passage, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura. (idem, p.33)

É importante salientar, que o processo de resignificação da identidade diaspórica pode provocar uma concepção binária de diferença, reconhecimento subordinado ao processo de mudança de identidade. A "*différance*" é a natureza intrinsecamente híbrida de toda identidade e das identidades diaspóricas, em

especial, que depende da construção de um “outro” (Hall, 2003, p 15), fundamentando-se, assim, sobre a construção de fronteira de exclusão.

A presente pesquisa teve como objetivo compartilhar informações sobre o perfil sociocultural das famílias Warao, aspectos gerais sobre o território em que estão inseridos atualmente e apresentar algumas reflexões teóricas surgidas ao longo desta travessia. Para tanto, buscamos reconhecer a relação geopolítica hierárquica entre países do Norte Global (produtores de conhecimentos ditos universais e validados academicamente) e nós, do Sul Global. Além de investigar a existência da herança colonial nas práticas de acolhimento, entendendo a colonialidade como fruto da imposição eurocêntrica do modo de pensar, ser, estar e conviver no mundo, capaz de tornar os pensamentos e saberes de outros povos como o saber “outro”, na tentativa de os subalternizar e invisibilizar. E, viveram em situação de refúgio no Município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, do ano de 2020 à 2023.

## 2 - ORIKAIKA WARAO: comunidade Warao

### Povos Flutuantes

Nas margens do rio,  
Vivem povos das águas,  
A vida com desafio.  
Acordam com a natureza,  
Ao som de aves, assobios.  
A rua tem eco de remada,  
O transporte deslizando vai.  
Canoa, remo, estrada molhada,  
Que na mão do menino  
É sabedoria de uma jornada.  
(Márcia Wayna Kambeba, 2021, p.12)

Canoa, remo, som das aves, assobios e ecos fazem parte, hoje, da memória dos mais velhos, de um povo que busca a sobrevivência, não somente das novas gerações, mas também de sua história, memória e ancestralidade, mesmo que resignificadas pelo processo de diáspora. É importante perceber, que assim como a epígrafe que abre nosso capítulo, o povo Warao é o povo flutuante que se desafia na travessia. Orikaika Warao significa *Comunidade Warao*.

No capítulo anterior traçamos a nossa rota na pesquisando, buscando pesquisas cuja temática versasse sobre os Warao no Brasil, com o levantamento das pesquisas existentes, também definimos nosso objetivo geral e específicos que nortearão o nosso olhar e busca na pesquisa, estabelecemos nossa metodologia e dialogamos com os referenciais teóricos que sustentarão a base teórica de nossa dissertação. Contudo, neste capítulo traçaremos o perfil povo Warao, procurando contextualizar o processo migratório dos Warao, enfatizando informações sobre os aspectos pré-migratórios e a perspectiva histórico-cultural do povo Warao.

Assim, de acordo com o Censo da Venezuela (2011, p.30) existem, aproximadamente, 51 etnias indígenas, cerca de 724.592 pessoas se autodeclararam indígenas em seu último levantamento, sendo 63% residentes em contexto urbano. A principal etnia é o Wayui (Guajeto), com aproximadamente 413 mil pessoas, representando 57,05% da população indígena venezuelana.

Para Rosa (2021), no ano de 1992 foi homologada a Constituição Federal da Venezuela, que reconheceu a indianidade como elemento central da identidade indígena da população daquele país, fazendo com que houvesse um largo crescimento do autorreconhecimento indígena. Contudo, esse crescimento foi no período entre 1992 e 2011, apontando um declínio de 35%, entre os anos 2001 à 2011. (idem, p.67-68).

Estima-se que existam cerca de 48 mil indígenas Warao, percentual de 6,7% da população total indígena daquele país, representando a segunda etnia mais populosa, Etimologicamente, Warao significa “povo da canoa” (wa: embarcação / arao: gente/povo). É um povo indígena, de ancestralidade milenar, situado no estado Delta Amaruco, da república Bolivariana da Venezuela, habitando comunidades construídas sob palafitas (Hanoko) às margens do rio Orinoco (Wirinoco – wiri: onde remamos, noko: lugar), lugar que remamos na língua Warao. De ancestralidade milenar, os Warao são reconhecidos como o povo mais antigo da Venezuela. (Garcia Castro, ano).

Geograficamente, estão subdivididos em 4 municípios: Antonio Diaz, Pedernales e Casacoima, estado do Delta Amaruco, e na capital Tucupita. Rosa (2011) diz que os dois primeiros municípios são os territórios em que há maior presença Warao, representando também a origem de grande parte dos indígenas, que hoje estão no Brasil. Cada processo migratório se origina devido a contextos específicos, portanto, parece-nos importante compreender a situação dos Warao antes de iniciarem sua travessia ao Brasil.

Neste capítulo procuramos apresentar o contexto pré-migratório Warao, contextualizando a história de seu povo, sua cosmovisão, sua língua e cultura. Além de traçar sua perspectiva sobre educação e características sócio-históricas dos fluxos migratórios.

## 2.1 – Contexto pré-migratório

A existência Warao remonta há 8 mil anos de uma história marcada por sua resistência e ressignificações culturais. Os Warao sobreviveram à colonização europeia, mas sofreram grandes intervenções em sua cultura, crença e modo de vida.

O povo Warao estava ligado à costa caribenha e continha uma visão de mundo orientada por suas habilidades de construir grandes embarcações, que navegavam em mar aberto, conseguindo navegar orientando-se pelas estrelas. O Delta, é seu território ancestral, “uma planície de cerca de 22.500 km<sup>2</sup> demarcada por o canal Manamo a oeste, o Rio Grande ao sul e o Oceano Atlântico, que margeia todas as suas costas.” (Wilbert y Lafée-Wilbert, 2007, p.336).

Concordamos com Rosa (2021), ao afirmar que há poucas produções relativas ao povo Warao, a autora relata que existem publicações realizadas pelos missionários capuchinhos, produzidos período colonial com textos acerca da história, rituais, transcrições e traduções da língua, que culminaram na publicação de um dicionário warao-espanhol e de duas gramáticas. Mas o acesso é impossível para nós, pois encontram-se em bibliotecas internacionais.

Os pesquisadores Wilbert e Lafée-Wilbert (2007) apontam que a ausência de material arqueológico dificultou a pesquisa e a precisão do número populacional deste povo, mas estima-se que as comunidades eram formadas por pequenos grupos de até 50-52 pessoas.

La relativa ausencia de artefactos arqueológicos dejados por esta sociedad dificulta determinar su población total antes del contacto. No obstante, en su mitología y folklore se describen unidades relativamente pequeñas y geográficamente muy dispersas. Una correlación entre pueblos afines contemporáneos que poseen una base económica fundamentada en la caza y recolección, indica que dichas unidades no solían exceder de las 50-52 personas. (idem, p. 336)

Assim, Rosa (2021) nos faz perceber que, somente a partir na década de 90 alguns trabalhos de pesquisas começaram a ser publicados e publicizados, especialmente as produções do Antropólogo Johannes Wilbert e de seus orientandos, o que nos ajudou a embasar nossa pesquisa.

## 2.2 - Língua e educação no território tradicional

Ao refletirmos sobre esse conceito etimológico do termo língua, podemos perceber que a natureza da linguagem está estabelecida no campo das relações

humanas e mesmo não verbalizada, comunica, por sua materialidade, por meio da língua nomeamos os seres e nos situamos no mundo.

Assim, ao longo de nossas conversas para a construção do material empírico da pesquisa, pudemos observar que a língua Warao, língua homóloga, representa a materialidade de sua terra, constituindo uma unidade étnica em termos linguísticos, no processo de diáspora para o Brasil.

É uma língua ancestral, pois “nossos antepassados criaram essa língua própria, que não deriva de uma raiz” (Evaristo Ramos, educador intercultural, abril 2022, s/nº) e é considerada uma das línguas mais antigas de seu território. Mas ela só começou a ser registrada, graficamente, a partir da intervenção dos missionários capuchinos no período colonial, antes, porém, era apenas oralizada.

A língua Warao possui sete dialetos diferentes, variando com a região em que é falada, sendo uma língua livre, viva, que não possui regras da norma culta ou gramaticais. Mas, além da língua Warao, o espanhol é a segunda língua deste povo, com variados níveis de apropriação linguística.

Esta é uma língua isolada, que não possui relação com nenhum outro tronco linguístico, há registros de que o Warao é uma língua falada especialmente na região nordeste da Venezuela, e também na região norte da Guiana e Suriname. Estima-se que esta seja falada por mais de 30.000 indígenas, aproximadamente. Conforme se verifica a seguir:

Figura 1 – Extensão Geográfica da Língua Warao



Fonte: Google – imagem de domínio público [https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua\\_warao](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_warao), 2024.

Na cultura Warao, desde a gravidez a língua é ensinada aos filhos e netos, assim como ao amanhecer, ao tecerem seus artesanatos, ao irem para a roça ou ao realizarem alguma atividade cotidiana. Ou seja, as crianças estão

aprendendo a língua com os mais velhos em seu cotidiano familiar e quando se tornam adultos, já sabem falar Warao. Mas, existiam escolas suas comunidades? Como as crianças eram ensinadas nesses espaços?

No período entre 1920/1925 as crianças eram enviadas para às escolas capuchinhas, aquele período “coincidiu com a implantação de missões religiosas, decorrentes da Lei das Missões, de 1915, por meio da qual o Estado venezuelano delegou a responsabilidade...” (ACNUR, 2021, p.14), cabendo aos missionários capuchinos doutriná-los à fé cristã e “educá-los”, oferecendo a educação formal.

Hoje, existem escolas dentro das comunidades e lá as crianças são alfabetizadas em duas línguas, Warao e Espanhol. Nesse espaço de escolarização, a língua é ensinada pela observação e nomeação de objetos que fazem parte de seu cotidiano. O adulto, professor ou mediador cultural, escreve o nome do termo em sua língua e estimula que falem seu idioma na escola, também.

Assim, para a mediadora cultural Warao, em Roraima, Baudilia Blanco mesmo que eles se mudem para lugares bem distantes, sua língua será mantida, estando presente no canto, nas histórias, na cultura e na memória, pois “onde estivermos devemos falar e cantar em nossa língua” (idem, 2022, s/nº).

De acordo com o Parecer Técnico do MP, a escola é um espaço importante para os Warao, mas é possível afirmar que eles possuem muita preocupação com a ausência do ensino de sua língua e cultura nesse espaço.

Os Warao em todas as cidades manifestaram o desejo de inclusão das crianças em um sistema educacional formal, mas ressaltaram que esta inclusão deva atender às suas especificidades culturais e necessidades de escolarização a longo prazo, envolvendo o ensino da língua espanhola e da língua Warao por professores indígenas.

A demanda dos adultos pelo aprendizado da língua portuguesa, inclusive como instrumento para facilitar a inserção no mercado de trabalho, também foi observada ao longo das entrevistas realizadas.

(PARECER TECNICO MP No 328/2018 - DPA/SPPEA/PGR)

Nesta perspectiva, o ACNUR (2022) traz um documentário interessantíssimo sobre a experiência de escolarização de crianças indígenas Warao em Roraima, em que pudemos perceber a importância que a escola

intercultural tem para o ensino da língua e cultura indígena. Lá, mediadores culturais trabalham em parceria com professores de Língua Portuguesa e Espanhol, eles a denominam como Escola Trilíngue.

### 2.3- Características sócio-históricas dos fluxos migratórios do povo Warao na Venezuela

Mitologicamente, acredita-se que os ancestrais Warao viviam no Kuimare, o mar acima, onde se tornavam eternos. Dizem que o seu primeiro ancestral se chamava Auralá. Ele era o chefe do povo (Aidamo) e tinha um melhor amigo, Etoare (braço forte), que era muito habilidoso com o arco e flecha.

Um dia, ao visitar o amigo Auralá, “braço forte” disse que estava passando por dificuldades e não tinha peixe para comer, cutia para caçar e moriche (buriti<sup>15</sup>) para colher. Então, o Aidamo pediu que ele tentasse acertar uma flecha em um pássaro nativo de sua região, que estava em um tronco de árvore, pois assim teriam alimentos em abundância. Ocorreu que Etoare, errou o alvo duas vezes e quando foi buscar as flechas, que estavam firmadas na areia, seu braço ia sendo puxado para o fundo do solo. Ao puxar, viu que ali abriu-se um grande buraco, que de dentro dele viu-se um novo Mundo, cheio de água, árvores e animais, era o Orinoco.

Então, os mais jovens começaram a descer, até que uma mulher grávida tentou passar e ficou presa, impedindo que os mais velhos passassem. Os anciões, ficaram enfurecidos e começaram a insultá-la, proferindo palavras amaldiçoadas e acabaram presos lá em cima. De tanto desejarem o mal àquela mulher, tornaram-se “Jebues”, espíritos malignos, transformando-se em doenças como a febre, vômito, diarreia, sarampo, cólera... trazendo a morte daquele povo. Outros se tornaram estrelas e a mulher se tornou a urso maior. E, acredita-se que se os anciões tivessem descido, não haveriam os jebues. (Argenia Centeno, artesã e líder Warao, Boa Vista – RR, abril 2022, s/nº).

A partir desta Mitologia, percebemos também a presença do Aidamo, que representa a liderança. Hoje, ele é reconhecido como líder de seu núcleo familiar, geralmente é a pessoa mais velha de sua comunidade (núcleo), detora dos

---

<sup>15</sup> Buriti – árvore da vida (“o caule dá palmito, a gente come o fruto e usa a palha para o artesanato – Aidamo Caderno de Campo, 15 fev.2023)

conhecimentos ancestrais e exerce a função de chefia. Para isso, é importante salientar que, quando nós crioulos tentamos estabelecer contato com os Warao, é a ele que deveremos nos dirigir, primeiramente, e somente com sua permissão, poderemos nos reportar ao restante do grupo.

Outro aspecto interessante dessa histórica mitológica, é que pudemos perceber um pouco da visão cosmológica Warao, que construiu o conhecimento acreditando em seres encantados, que sente a presença de maus espíritos (jebues) e se comunica com os bons espíritos das águas. Conseguiremos reconhecer também, um pouco dos alimentos que costumam comer em seu território, como pescados, caça e frutos do Buriti. A respeito do Moriche (Buriti), temos um aspecto curioso a tecer, pois para os Warao, essa palma é a árvore da vida. Dela se extrai tudo que eles necessitando tronco também se faz as embarcações.

É possível afirmar que, de acordo com o mosaico construído pelo antropólogo e pesquisador Wilbert, no período pré-hispânico o povo Warao estava dividido em 4 subgrupos, na região do Delta Amaruco. Cada um deles desempenhava uma atividade, de acordo com o lugar que habitavam, tendo a pesca (jomakaba kubá), agricultura e artesanato (mojo yaota) como meio de subsistência. Lá, fabricavam canoas (baroko/barco), cultivavam mandioca (aru) e milho (naukamo), caçavam, pescavam (jomakaba kubá) e também exploravam o extrativismo de Buriti (Ojidu). (ACNUR, 2021)

Para Gassón e Heinen (2012), essa nova composição se deu o contato interétnico entre os Ameríndios ocorre há aproximadamente 3 mil anos, quando grupos indígenas de outras etnias se deslocaram para o Delta do Orinoco e levam seu conhecimento técnico no processamento da mandioca, artesanato com argila e embarcações marítimas. Mas, apenas os nativos do pântano e partes baixas daquela região são considerados os verdadeiros Warao (Waraowitu).

Essas diferentes populações têm cerca de três mil anos de contato interétnico, desde que os falantes de arawak e, posteriormente, carib, se mudaram para o delta do Orinoco, trazendo consigo o complexo conhecimento técnico do processamento da mandioca (aruhuba), raladores (werekoina) e gemas de argila (horubasa) e, ainda mais importante, embarcações adequadas para viagens marítimas. Mas apenas

os habitantes dos morichales (“morichaleros”, ohidunarao), os habitantes dos pântanos baixos, praias e baixios, são Waraowitu, “o próprio e autêntico Warao”. (idem, p. 4)

Em uma perspectiva histórica, é possível afirmar que no período pré-colonial sua população vivia da exploração sazonal dos bosques (morighe – buriti) e tinha uma dieta baseada em produtos retirados da palma do buriti e dos frutos, completando sua alimentação com a caça de animais silvestres, aves, peixes e crustáceos, sua economia era subsistência, baseada na caça e coleta.

No período pré-hispânico, de acordo com um mosaico elaborado pelo antropólogo Johannes Wilbert, os Warao estariam divididos em quatro subgrupos, ocupando áreas específicas do delta, conforme suas práticas culturais e de subsistência. No Noroeste, ficavam aqueles que praticavam o extrativismo do buriti, a pesca e fabricavam canoas; no nordeste, nas áreas de mangues e pântanos, viviam os coletores e pescadores; no sudoeste, aqueles que, além do extrativismo do buriti, cultivavam mandioca e milho; e, no sudeste, os que viviam da caça e da pesca.

(idem, p.49)

No período colonial do século XVIII, por falta de interesse dos colonizadores espanhóis em dominar indígenas que viviam no pântano, por ser um lugar de difícil acesso para eles, aquele território se tornou, também, refúgio de outras populações indígenas que fugiam do genocídio. Influenciando, assim, a composição destes subgrupos, que pertencem à mesma etnia, mas que diferem no modo de vida.

Do início da colonização até o século XVIII, tendo em vista que os espanhóis não mostravam interesse em colonizar os pântanos, por considerá-los um ambiente inóspito, a região se converteu em um local seguro para os Warao. Muitos indígenas buscaram proteção nessa área, alterando assim a composição e a localização das populações apresentadas no mosaico de Wilbert. Além disso, os Warao incorporaram a sua sociedade outros povos indígenas que fugiam do massacre colonial, intensificando assim sua diversidade interna e influenciando suas formas de organização, língua e outras práticas culturais. Embora fossem descritos como unidade étnica, formavam um conglomerado composto por três ou mais subgrupos Warao, falantes da mesma língua, mas bastante distintos uns dos outros, com organização política dispersa e sem a presença de

lideranças centralizadoras. Falar do povo Warao, portanto, significa falar da diversidade Warao.

A literatura nos mostra, portanto, que, embora o povo Warao constitua uma unidade étnica em termos linguísticos, há uma heterogeneidade nos “modos de ser Warao”, que variam de acordo com a região/comunidade do delta do Orinoco de onde provêm. Essa heterogeneidade interna ao grupo se reflete nas relações que estabelecem aqui no Brasil, afetando, por exemplo, as dinâmicas de abrigo.

(ACNUR, 2021, p.14)

Mas, com a colonização esse quadrante foi resignificado e, atualmente, os Warao não vivem desta forma. Pois, até o século XVIII, muitos ameríndios se refugiavam em área de pântano, fugindo dos colonos, na área dos Waraowitu e seus morichales. “Atualmente existe um mosaico de subgrupos, cada um com suas particularidades nos rituais (nahanamu), festas (égua) e instrumentos musicais (sekeseke)” (Gassón e Heinen, 2012, p. 49),

No século XX, a partir da transição da economia interna, há também uma mudança deste grupo para os centros urbanos, provocando uma reorganização social no início do século XX. Transformação esta que se refletiu na forma pela qual os Warao passaram a viver. A partir daí, surge uma nova transição do sistema de cultivo, que sai do extrativismo e passa para a agricultura.

Essa mudança da economia extrativista sustentada na yuruma, para uma economia agrícola, baseada no cultivo de ocumo chino (Colocasia esculenta), que se iniciam as transformações sociais mais expressivas no modo de vida Warao, alterando o padrão de assentamento, a organização social e contribuindo para os primeiros deslocamentos para os povoados urbanos no entorno do delta. (ACNUR, 2021, p.14)

Assim, acredita-se o cultivo de ocumo chino (Colocasia esculenta, semelhante ao inhame) mudou o modo de vida e a base alimentar desse povo, provocando sua transformação social. Pois, a partir deste cultivo, muitos saem dos espaços de floresta e pântanos, e passam a viver em povoados urbanos em torno do Delta.

Com isso, os deslocamentos feitos pelas famílias estendidas, cerca de 30 a 50 pessoas ligadas pela consanguinidade, entre crianças, adultos e idosos, passa a ocorrer de acordo com as cheias do rio Orinoco e da necessidade de coletar alimentos, que se dava de forma sazonal. Por serem compostos por

diversos grupos e lideranças descentralizadas, há distinção entre eles e uma grande diversidade cultural, mesmo pertencendo à mesma etnia. Esta época, culminou com o mesmo período das missões religiosas, responsável pelo atendimento aos povos indígenas, com a “missão” de doutriná-los ao catolicismo. E coube aos padres capuchinhos essa incumbência, que para trazê-los às regiões de seu fácil acesso, também incentivou os indígenas no cultivo do ocumo chino. (ACNUR, 2021, p.15)

No entanto, com o tempo, os peixes começaram a ficar escassos e eles perceberam que a sua sobrevivência não poderia depender apenas daquele cultivo. Gerando, novo modelo sociocultural<sup>16</sup>, pois muitos Warao passaram também em madeireiras e fábricas de palmito, que começava a se construir em seu território. Outros voltaram a trabalhar como lenhadores e outros ainda, retornaram para a pesca e coleta na selva e pântano, retornando às suas tradições.

A partir de 1960, a região delta do Orinoco começa a sofrer grandes impactos ambientais, que se deu através de uma ação governamental que visava potencializar o sistema agrícola e dar fim aos alagamentos na região. Com isso, implantaram um sistema de represa de um importante rio, Manamo, que intensificou o deslocamento dos indígenas para as cidades. E, posteriormente, com a construção de diques, as águas mais próximas ao rio começaram a salinizar, tornando-as impróprias para o consumo e para a agricultura. Foram algumas fases de construção, mas em todas elas o meio ambiente sofreu fortes impactos e modificações, não apenas pelas construções, mas também pelo uso de agrotóxicos nas plantações, responsável pela contaminação do solo. Todas essas ações, alteraram mais uma vez, o modo de vida Warao<sup>17</sup>. Ainda sobre as consequências dessas ações, naquele território, no ano de 1976, uma grande inundação ocorreu, ceifando a vida de muito indígenas. Ela foi atribuída à dificuldade de o rio Orinoco desaguar no rio Manamo. Há também, grande exploração dos indígenas, como mão de obra barata pelos produtores agrícolas e petrolíferos.

Assim, a maior parte desta população se deslocou para o município de Antonio Díaz, sendo hoje considerada a área mais povoada daquela região,

---

<sup>16</sup> Ver Gassón e Heinen (2012)

<sup>17</sup> Ver ACNUR (2021)

abrigando cerca de 60% da população Warao. Outro meio de subsistência, que foi ressignificado, sendo mantido nos dias atuais, é o sistema de coleta. As mulheres costumavam coletar frutas, mel, material de artesanato e afins, que se transformou em coleta de roupas e dinheiros nas ruas dos centros urbanos. Contudo, esse modelo tem trazido muitos questionamentos e protestos, sendo visto, pelas autoridades como mendicância.

O mesmo sistema de coleta de frutas, mel e iguanas, por iniciativa das mulheres, também é utilizado para arrecadar roupas e dinheiro nas cidades. Seu método tradicional de coleta ensinou-lhes a maneira mais conveniente de organizar (Heinen e García-Castro 1999; García-Castro 2000:85; Heinen e Gassón 2007:292). As mulheres Warao têm tido muito sucesso em arrecadar dinheiro, provocando protestos de mendigos crioulos. Pode haver cambistas que compram os dólares que às vezes recebem e adiantam dinheiro para a viagem aos centros urbanos. (Gassón e Heinen, 2012, p. 56)

Com essas alterações ambientais e deslocamentos, há alteração também na composição familiar. As mulheres Warao casavam-se com parceiros de outras comunidades da mesma etnia e o homem passava a viver com a família extensa da esposa, formando unidades de agrupamentos de 200 a 300 pessoas. Mas, com a nova composição no modelo de vida, o homem se tornou assalariado, formando núcleos familiares menores. A mulher começa a ocupar um papel doméstico e o homem ganha um novo papel na organização de seu grupo, pois o sogro, antes chefe (aidamo) foi descentralizado, gerando pequenos grupos nucleares, chefiados pelos maridos, que passaram a viver de seus salários nos municípios de Antonio Díaz, Tucupita e Barrancas. Algumas doenças também surgiram como reflexo daquelas intervenções, como HIV, tuberculose e outras sexualmente transmissíveis, além da prostituição de meninas indígenas, consumo de álcool e drogas.

Já na década de 90, há uma grande epidemia de cólera, que culminou na morte de 500 indígenas Warao, resultando em grande massacre populacional. As literaturas nos mostram que seus curandeiros tentaram combater a doença, mas, infelizmente, foram contaminados e também morreram da doença. A cólera, para a credence popular, foi resultado da falta de higiene de pobres e indígenas, que foram culpabilizados pelo surgimento e disseminação da doença

naquele país. Reflexo da xenofobia e preconceito, que existem em relação aos povos indígenas.

De acordo com o Censo 2011<sup>18</sup>, estima-se que existam cerca de 41 mil indígenas Warao na Venezuela, o que representa a segunda etnia mais populosa daquele país. Já alguns estudos apontam que, por estarem em uma região considerada inóspita pelos colonizadores, viveram isolados por longos anos. “Os municípios de Antonio Díaz e Pedernales, locais de origem de muitos dos Warao que hoje estão no Brasil, são áreas de maciça presença indígena, constituindo 92% e 69% da população total, respectivamente.” (ACNUR, 2020, p.13). E, motivados por fatores externos como epidemias e exploração irregular, que os fizeram migrar para a cidade daquele país, uma grande crise econômica os obrigaram a se deslocar para outros países, na busca pela sobrevivência.

Neste capítulo procuramos trazer um panorama histórico do povo Warao, resgatando a mitologia de sua criação, perpassando por sua cosmologia e deslocamentos dentro de seu território e, posteriormente, para outros países. No próximo capítulo poderemos observar como se deu o crescimento diaspórico deste povo, especialmente no Brasil, e traçar a rota de travessia para o território de Nova Iguaçu, apresentando nossos sujeitos de pesquisa.

---

<sup>18</sup> Instituto Nacional de Estadística da Venezuela - **Censo Nacional de población y vivienda, 2011.** Disponível em: <http://www.ine.gob.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/ResultadosBasicos.pdf>, acesso em 10 jun. 2023

### 3 – IMAKAQUITANE PARA O BRASIL: a travessia para o Brasil

*O rio que corre em mim é um rio de memórias*  
(kambeba, 2021, p.12)

Kambeba nos ajuda a refletir sobre o rio que corre pelas memórias, rio de luta, ancestralidade e esperança. Este rio corre pelo sangue Warao e os impulsiona a se deslocarem de seu território a fim de buscar a sobrevivência. Imakaquitane significa travessia, na língua Warao, e como vimos, essa diáspora tem crescido ao longo dos anos, tanto indígenas, quanto não indígenas, por conta de uma forte crise econômica, que causou também grande crise humanitária, os Warao, assim como os demais compatriotas foram forçados a se deslocarem, fazendo a travessia para outros países na busca pela sobrevivência. Observamos, assim, que ao longo do tempo, o povo Warao sofreu diversas alterações no contexto sociocultural, refletidas por mudanças ambientais e sociais.

No capítulo anterior, buscamos traçar perspectiva histórico-cultural do povo Warao, apresentando aspectos pré-migratórios e os contextualizando no processo migratório para o Brasil. Já no presente capítulo, nos debruçaremos a apresentar dados sobre a imigração Warao, bem como apresentar a rota seguida por nossos sujeitos, até chegar ao Brasil, faremos também um breve panorama sobre os direitos de imigrantes, refugiados e indígenas, bem como abordaremos sobre a ausência de políticas públicas em contexto federal e municipal.

Dados estatísticos levantados pelo Ministério Público em 2018, apontam que esse deslocamento para o Brasil se deu mais fortemente no ano 2014, justamente pela crise acometida naquele país. Conforme podemos observar no trecho a seguir:

Os Warao vêm se deslocando mais intensamente para o Brasil desde 2014, como resultado da severa crise econômica que assola a Venezuela desde então, marcada por hiperinflação e desabastecimento, principalmente de alimentos. O aumento destes movimentos segue uma tendência migratória de muitos cidadãos venezuelanos, indígenas ou não, como forma de escapar da falta de oportunidades de trabalho, da desassistência social e da fome. Até o presente momento, os Warao que se deslocam para o Brasil vêm se instalando nas

idades de Pacaraima (na fronteira com a Venezuela) e Boa Vista, ambas no estado de Roraima; em Manaus, no estado do Amazonas; e nas cidades de Santarém e Belém, no estado do Pará. Houve também o registro do deslocamento de uma família Warao para a cidade de Brasília, no Distrito Federal, por via terrestre a partir de Belém. No entanto, como este último deslocamento não assumiu proporções numéricas significativas, sua análise não foi incluída na demanda pericial que originou este parecer. O deslocamento dos Warao a partir da Venezuela até as cidades nos estados de Roraima e Amazonas ocorre por via terrestre, seja de ônibus, carona ou a pé, enquanto que o deslocamento de Manaus para Santarém e Belém ocorre por via fluvial, em barcos.

(MP, PARECER TÉCNICO No 328/2018 - DPA/SPPEA/PGR, p.5-6)

Contudo, Pacaraima, estado de Roraima, foi a cidade que mais recebeu estes imigrantes, por conta da aproximação de sua fronteira com a Venezuela. De lá, muitos se deslocaram para outros estados, mas a porta de entrada foi a região norte do Brasil.

O Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) aponta que desde 2014, o Brasil já recebeu mais de 7 mil indígenas e dentre estes 70% de etnia Warao. A presença Warao pode ser observada na imagem a seguir, demonstrando um crescimento demográfico deste povo no Brasil ao longo dos anos.

Figura 2 – Presença Warao no Brasil

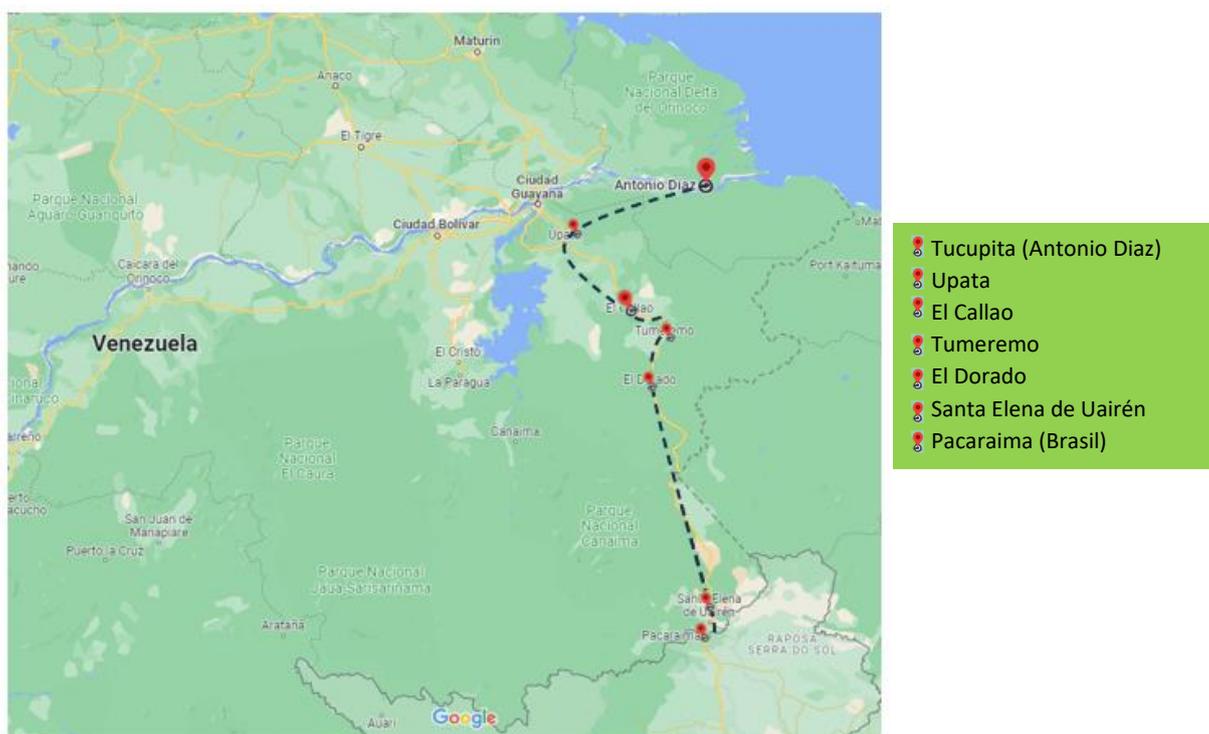


Fonte: ACNUR (2022, p. 25)

Como se pode observar, em 2014 havia o registro de 30 indígenas, já em 2016 houve um aumento significativo de 200 por cento, mas que dobrou em 2018, e deu um grande salto em 2020, havendo cerca de 3.300 indígenas Warao no Brasil. Com isso, é possível perceber, também, grande fluxo migratório Warao dentro do território brasileiro, havendo registro nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Lançando o olhar para o percurso trilhado por nossos sujeitos, destacamos que esta travessia se deu a partir da cidade de Tucupita, no município de Antonio Diaz (estado do Delta Amaruco, de onde vieram nossos sujeitos), passando por Upata, El Callao, Tumeremo, El Dorado e Santa Elena de Uairén até chegarem em Pacaraima, no Brasil. Como poderemos verificar no mapa, a seguir:

Mapa 1 – Travessia Warao, da Venezuela ao Brasil



Fonte: arquivo pessoal, mapa produzido pela autora, 2024.

Assim como seus parentes, estes traçaram uma longa jornada até o Brasil, mas ainda enfrentam muitos desafios. Nossos interlocutores relatam que, naquele período, para ir à cidade, iam de canoa motorizada, e levavam cerca de 24 horas (1 dia) para conseguir chegar. Lá vendiam pescado, pássaros e

artesanato (chapéu da palha do Buriti). Com o dinheiro, compravam sabão para lavar roupa e comida. Dormiam, lá e voltavam no dia seguinte. Disseram que se fossem de remo, demorariam quase 7 dias de viagem.

A gente ia para a cidade de canoa motorizada. Ia, parava um pouco para se alimentar e continuava a viagem até a cidade, demorava um dia (24h). Se fossemos de remo seriam 7 dias. Lá a gente vendia pescado, pássaros e artesanato (chapéu da palha do Buriti, brincos, pulseiras...). Com o dinheiro, comprávamos sabão para lavar roupa e comida. Dormíamos lá e voltávamos no dia seguinte. (Aidamo, Caderno de Campo. 15/02/2023)

Nossos encontros foram permeados pela conversa e recordo-me que, passados o estranhamento inicial e a insegurança de uma pesquisadora em processo de travessia, nossos encontros foram se tornando fluidos e abertos ao acaso. Nossas conversas sempre eram permeadas por histórias, que seguiam uma ordem cronológica no espaço/tempo da aldeia, na Venezuela, na narrativa de seu modo de vida e experiências, perpassando pela experiência da diáspora e vida no abrigo.

Nesta escuta, conseguimos observar as mudanças faciais que iam do sorriso largo, ao narrem suas memórias de infância e vida na comunidade Warao, às expressões de tristeza, ao falarem da fome e ausências vividas no Brasil. E foi assim, por meio da conversa, que conseguimos adentrar à sua casa e, com o passar do tempo, ir quebrando as barreiras entre esta pesquisadora e nossos interlocutores.

Cabe destacar, que entre os meses de agosto e setembro de 2021, participei de três cursos sobre cosmologia e vida Warao, com a professora Leany Torres, líder Warao em Roraima, na modalidade virtual, realizado pela ONG Pacto pelo Direito de Migrar, por meio do Projeto Identidades – Cultura Global em Movimento, objetivando conhecer a cultura e modo de vida dos sujeitos de pesquisa. Contudo, o meu primeiro contato pessoal com eles foi em 03/09/2021, quando participava do GEPELID, e saí daquele espaço motivada pelo desejo de mergulhar naquelas histórias. Mas, para conhecer e transcrever essas narrativas, precisamos nos apoiar em fundamentações teóricas e marcos legais

a fim de apresentar ao nosso leitor, o cenário pelo qual estes estão inseridos. Para isso, o primeiro subitem deste capítulo traz um breve levantamento dos marcadores legais que diferenciam a epistemologia e os direitos de pessoas imigrantes, refugiadas e indígenas no Brasil. Assim, faremos um breve panorama das políticas existentes relativas ao acolhimento de pessoas em situação de imigração e refúgio, como também breve panorama das políticas existentes, relativas ao reconhecimento de políticas específicas no atendimento às pessoas indígenas no campo da assistência social, saúde e educação.

### 3.1 – Conceito de políticas públicas

Antes de refletirmos sobre a situação de nossos sujeitos frente aos seus direitos básicos previstos no âmbito nacional e internacional, nos dedicaremos a refletir sobre o conceito de política pública e suas garantias aos cidadãos indígenas e refugiados em nosso território. Entendemos política pública como o termo que representa o espaço coletivo. Etimologicamente, política deriva do termo grego *politeia* ou *polis*, que indicava cidade-Estado, que também pode significar sociedade, comunidade ou coletividade. Rua (2009) nos ajuda a compreender essa concepção ao definir que

Diferentemente da comunidade, a principal característica da sociedade é a diferenciação social. Seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional etc.), como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Por serem diferentes, os indivíduos trarão contribuições múltiplas e específicas à vida coletiva: habilidades, talentos, oferta de serviços, demandas etc. (RUA, 2009, p.14)

A referida autora diz que o conceito de política é amplo, mas que pode delimitá-lo um pouco ao estabelecer que esta consiste em um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder” (RUA, 2009, p.17). Já a concepção do termo “pública”, vem do Latim *publicus*, que está relacionado ao povo ou população. Rua (2009) afirma que a sua dimensão pode ser “imperativa”, a fim de revestir de autoridade soberana o poder público. Assim, o termo Políticas Públicas pode ser entendido como a regulação de

normas ou diretrizes coletivas para o povo, pelas quais o Estado Nacional ou governos (estaduais ou municipais) visam atender a sociedade na oferta de bens ou serviços, com pautas envolvendo a saúde, segurança, educação, cultura, transporte, dentre outros.

Assim, entendemos que essas normativas ou leis, podem ser construídas a fim de atender os interesses das autoridades governamentais, mas também podem emergir do povo, a partir de reivindicações de diferentes categorias sociais. Rua (2009) define esses sujeitos como atores políticos, que podem ser indivíduos, grupos ou organizações. A autora estabelece que existem atores políticos no âmbito público e privado, como poderemos observar a seguir:

- Políticos são aqueles atores cuja posição resulta de mandatos eletivos. Por isso, sua atuação é condicionada principalmente pelo cálculo eleitoral e pelo pertencimento a partidos políticos. São os parlamentares, governadores, prefeitos e membros eleitos do Executivo federal.

- Burocratas, por sua vez, devem a sua posição à ocupação de postos de trabalho que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de cargos públicos. São burocratas todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais que possuem esses atributos. Compreendem gestores de alto escalão, chefias intermediárias, e um vasto exército de servidores situados na base da administração pública, aparentemente sem grandes recursos de poder, que estão em contato direto e permanente com os cidadãos.

- Entre os atores privados destacam-se os empresários. Sem qualquer sombra de dúvida, são atores dotados de grande capacidade de influir nas políticas públicas, já que são capazes de afetar a economia do País: controlam as atividades de produção e o abastecimento, podem afetar o equilíbrio do mercado e a oferta de empregos.

- Outro ator importante são os trabalhadores. O seu poder resulta da capacidade de ação organizada; portanto, atuam através de seus sindicatos. Estes eventualmente podem estar ligados a partidos, ONGs e até mesmo a igrejas.

- Existem ainda outros atores de grande importância no processo político que operam no sistema internacional/global.

(RUA, 2009, p. 40, 41 e 43)

Diante do exposto, entendemos que é preciso diferenciar os papéis pelos quais cada indivíduo ou categoria ocupa no campo das políticas públicas, a fim

de reconhecer os direitos de nossos sujeitos de pesquisa, que interseccionam, dentre outras, principalmente nas categorias de refugiados e indígenas.

### 3.2 – Direitos de pessoas imigrantes e refugiadas no Brasil

O século XXI vem testemunhando grande fluxo migratório, provocado por guerras e desequilíbrios socioeconômicos, que resultam em pobreza e fome. Além de perseguições políticas motivadas pela raça, etnia, religião e grupos sociais. (Silva e Rodrigues, p.100, 2020). Ao longo dos últimos anos a temática sobre a chegada e livre circulação de sujeitos de outros países no Brasil, muitas vezes era vista de forma discriminatória, especialmente àqueles em vulnerabilidade social, pois havia pouca receptividade legal para estrangeiros, apesar de já existirem leis internacionais<sup>19</sup>, que garantem seus direitos. O deslocamento forçado não é um fenômeno que acontece apenas no presente século, povos nômades, por exemplo, se deslocavam para subsistência, em busca de caça e coletas para se alimentarem.

Contudo, é importante diferenciar, epistemologicamente, os termos *imigrantes* e *refugiados*, a fim de conceituar o entendimento sobre esses sujeitos e encontramos na LEI Nº 13.445/2017<sup>20</sup>, que regulamenta os direitos e deveres de migrantes e visitantes em território brasileiro, uma evidente definição no artigo 1º, inciso 1º, para a concepção de imigrante, emigrante, residente, visitante e apátrida, conforme texto a seguir:

- I - (VETADO);
- II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
- III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;
- IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

---

<sup>19</sup> A Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo de 1967, assim como a Convenção da OUA (Organização da Unidade Africana) – pela qual se regularam os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África em 1969 – ou a Declaração de Cartagena de 1984 sobre os Refugiados continuam sendo a chave da atual proteção dos refugiados. (Fonte: ACNUR, 2015 – link <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>)

<sup>20</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm)

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;  
VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo [Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002](#), ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro. (Brasil, 2017)

Assim, é possível dizer, que *imigrantes* são sujeitos que escolheram se deslocar e poderão retornar ao seu país de origem quando desejarem, tendo o direito a trabalhar e residir em nosso país temporariamente ou de forma definitiva. Já sujeitos refugiados, deslocam-se de maneira forçada, e seguem uma regulamentação, conforme descreveremos a seguir.

O Brasil é signatário da Convenção sobre o Estatuto de Refugiado, assinado em Genebra em 1951, e adere ao Protocolo de 67, em que são garantidos os direitos pela busca de um país seguro para viver. Para tanto, entende-se como *refugiados* aqueles que se deslocaram forçadamente, motivados pela busca pela sobrevivência e contam com a proteção internacional, para não serem devolvidos ao seu país de origem. A Lei brasileira nº 9.474/97<sup>21</sup>, define mecanismos para a implementação da Convenção de 51 e determina que

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:  
I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;  
II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;  
III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Brasil, 1997)

A análise condição de refugiado, no Brasil, depende de uma decisão, que reconhecerá seu direito à saúde, educação e ao trabalho, assim como é direito de qualquer outro cidadão brasileiro. Assim, em 2019, o ACNUR destacou que houve uma definição ampliada da concepção de refugiado, como previsto na Declaração de Cartagena, de 1984, que os difere de outras categorias de migrante.

---

<sup>21</sup> LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997, [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm)

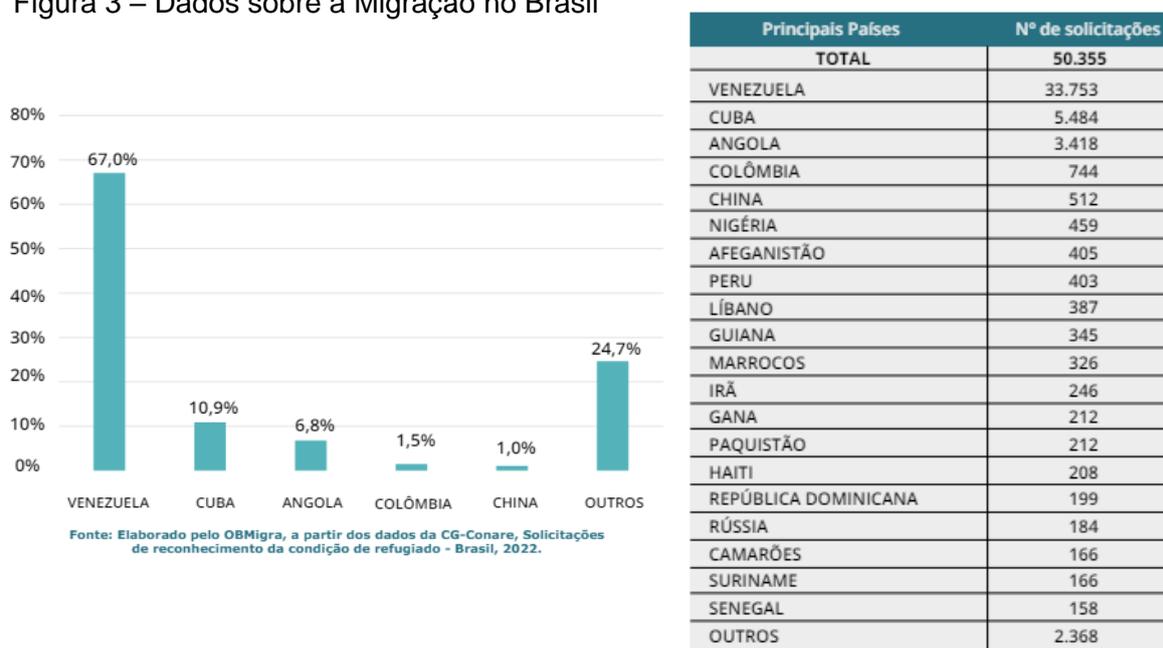
O Brasil aplicou pela primeira vez a definição ampliada de refugiado estabelecida pela Declaração de Cartagena para analisar solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de cidadãos venezuelanos e reconheceu, na última quarta-feira (24 de junho), 174 casos com base neste critério. Para a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), tal decisão representa um grande avanço para a proteção de venezuelanas e venezuelanos que têm sido forçados a deixar seu país. (...)

A aprovação dos casos foi possível após o reconhecimento formal feito pelo (CONARE), no último dia 14 de junho, de que existe uma situação objetiva de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela. Este critério é inspirado na Declaração de Cartagena e foi incorporado pela lei brasileira de proteção para os refugiados (lei 9.474, de 1997), no inciso III do seu artigo 1º. A Declaração foi adotada em 1984 pelo Brasil e outros 14 países da América Latina e Caribe, sendo internalizada na legislação nacional em 1997 (por meio da lei 9.474)

(ACNUR, 2019)

De acordo com os dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2023), do portal de imigração, Venezuela ocupa o 1º lugar no ranking nacional no número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, cerca de 67%, seguido de Cuba e Angola.

Figura 3 – Dados sobre a Migração no Brasil



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG-Conare, solicitações de reconhecimento da condição de refugiado – Brasil, 2022.

No caso de nossos sujeitos de pesquisa, por serem da Venezuela, existe também a portaria interministerial<sup>22</sup>, que garante a autorização de refúgio ou de residência em território brasileiro e a análise documental é realizada diretamente na Polícia Federal. Com isso, reconhecemos o refúgio como uma garantia à integridade física e/ou moral do indivíduo, sendo uma proteção regulamentada nacional e internacionalmente.

### 3.3 Direitos de pessoas indígenas no Brasil

Daniel Munduruku (2012), escritor, professor, ator e ativista indígena brasileiro originário do Povo Munduruku, traz uma reflexão histórica sobre a sociedade indígena no Brasil, sob a perspectiva de um povo massacrado pelo processo de colonização do continente americano (Aby Ayala, como os indígenas denominam). O autor afirma que a política de colonização foi a responsável pela "expropriação" oficial do conhecimento ancestral e que, inclusive, considerava os povos nativos como àqueles sem cultura, sem organização social e sem crença, que os permitiria a adoção de medidas "escravocratas ou exterminacionista" (p.24), caracterizado pelo genocídio (eliminação e/ou escravização dos povos indígenas) por meio da ideologia de que os indígenas não possuíam alma, e esse cenário só mudou em 1537, com a Bula Papal, em que os povos indígenas foram reconhecidos como seres humanos.

Entretanto, os navegadores os descreviam como sujeitos sem fé, sem rei e sem lei, visto que não possuíam o conhecimento da língua escrita, o que validaria à conversão ao cristianismo para serem salvos, sendo adotado o etnocídio, através da educação religiosa e da catequese. E o interesse Português, segundo o autor, era o de dominação e expansão territorial.

Já no segundo momento da política nacional, com o novo governo republicano, o modelo político passou a ser o integracionista, em que os povos indígenas passam a ser vistos como sujeitos que possuem uma cultura inferior,

---

<sup>22</sup> Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021. Fonte: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-19-de-23-de-marco-de-2021-310351485> e <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio#:~:text=DIFEREN%C3%87A%20ENTRE%20REFUGIADOS%20E%20IMIGRANTES,n%C3%A3o%20corre%20riscos%20por%20%C3%A1>.

consequentemente, necessitam ser tutelados pelo governo e “integrados” à sociedade. Naquele período (1910) surge o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que se destacava ao estabelecer o respeito aos povos indígenas, à sua identidade e diversidade cultural. alguns documentos legais buscavam instrumentalizar esses direitos, como a LEI Nº 6.001 de 1973, que fundamentava o Estatuto do Índio<sup>23</sup>, em que se estabelecem direitos à preservação de sua cultura e o pleno exercício aos direitos civis, mas, contraditoriamente, os colocavam sob tutela de órgãos indigenistas, como SPI (1910 a 1967) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI (a partir de 1967), que os acompanhavam em sua integração social assimilacionista. Pode-se observar que algumas alterações na política indigenista reforçaram as teses integracionistas, especialmente pela criação do Estatuto do Índio (1973), cuja principal função era tutelar àqueles “silvícolas”, como os indígenas eram denominados pelo Código Civil Brasileiro de 1916.

Um terceiro modelo de política indigenista inaugura-se com a Constituição de 1988, marcada pela participação popular e luta dos povos indígenas pela igualdade, pelo respeito à diversidade étnica-cultural e reconhecimento da identidade indígena. Com a nova Constituição Federal de 88, passa-se a reconhecer os direitos dos povos indígenas de manter sua cultura, contudo, mantém o dever do estado em protegê-los na garantia desses direitos, como uma força colonialista capacitista. Porém, somente em 2002, muito recentemente, com uma nova redação do código civil, retira-se os indígenas da lista de pessoas incapazes e se estabelece que a capacidade destes será regulada por legislação especial, no artigo 4º, parágrafo único. (Brasil, 2002).

Ailton Krenak (2020), reconhecido líder indígena, escritor e agora imortal<sup>24</sup>, nos ajuda a compreender a dinâmica estabelecida na relação entre o Estado e os povos originários, afirmando que “desde os tempos coloniais, a questão do que fazer com a parte da população que sobreviveu aos trágicos primeiros encontros entre os dominadores europeus e os povos que viviam onde chamamos de forma reduzida, de terras indígenas, levou a uma relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades.” (p.39). E, de fato, é possível

---

<sup>23</sup> O termo índio, nos tempos atuais, é considerado pejorativo e um termo colonizador, que não reconhece a pluralidade e especificidade de diferentes etnias indígenas.

<sup>24</sup> Eleito imortal pela Academia Brasileira de Letras

perceber o poder do Estado ao tentar imputar uma tutela colonizadora sobre os povos indígenas.

Nesta contramão, identificamos documentos que garantem direitos fundamentais de autodeterminação política e proteção de sua cultura e língua, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ao estabelecer, na *Declaração de 2007*, os Direitos dos Povos Indígenas no artigo 2º, ao destacar que “Os povos e pessoas indígenas são livres e iguais a todos os demais povos e indivíduos e têm o direito de não serem submetidos a nenhuma forma de discriminação no exercício de seus direitos, que esteja fundada, em particular, em sua origem ou identidade indígena.” Já a *Declaração Americana Sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (2016) estabelece no artigo XX, que “Os povos indígenas, em especial os que estejam divididos por fronteiras internacionais, têm direito a transitar, manter, desenvolver contatos, relações e cooperação direta, inclusive atividades de caráter espiritual, cultural, político, econômico e social, com os membros de seu povo e com outros povos.” (ONU, 2016).

Assim, destacamos, por exemplo, que no campo da educação, há a garantia do ensino próprio de aprendizagem e uso das línguas maternas em escolas do ensino fundamental, como se pode observar na Constituição de 88, art. 210, inciso 2º que determina que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (Brasil, 1988). Bem como, na área da saúde em que é assegurado no artigo XVIII, da Declaração Americana (2016) que as práticas de cuidado interculturais devem ser respeitadas, sendo oportunizada formação de profissionais indígenas.

Os povos indígenas têm o direito de utilizar, sem discriminação alguma, todas as instituições e serviços de saúde e atendimento médico acessíveis à população em geral. Os Estados, em consulta e coordenação com os povos indígenas, promoverão sistemas ou práticas interculturais nos serviços médicos e sanitários prestados nas comunidades indígenas, inclusive a formação de técnicos e profissionais indígenas de saúde. (ONU, 2016)

Ainda na Declaração Americana (2016), artigo XVII, registra-se que o Estado deve reconhecer, respeitar e proteger as famílias extensas, preservando

seu sistema familiar. Assim, seguimos nossa travessia para o próximo capítulo, em que apresentaremos nossos sujeitos, o território de acolhimento e as reflexões a partir do campo de pesquisa, em que poderemos situar o leitor acerca do papel que ocupamos, bem como as garantias que estes possuem perante a lei, reconhecendo como os direitos de refugiados indígenas estão sendo tratados na prática cotidiana.

#### 4 – WAJAKA NARÚ: A viagem Warao para Nova Iguaçu

O real não está na saída nem na chegada,  
Ele se dispõe para gente é no meio da TRAVESSIA...  
e quem elegeu a busca não pode recusar a TRAVESSIA...  
João Guimarães Rosa

Wajaka Narú, na língua Warao, significa viajar por terra, e neste capítulo abordaremos como foi a viagem/travessia de nossos interlocutores ao município periférico do Rio de Janeiro, na baixada fluminense. Assim, iniciamos este capítulo com a poesia de Guimarães Rosa, para apontar a nossa travessia, que não está nem saída, tão pouco na chegada, mas no meio de uma busca que não pode ser recusada.

Neste contexto, concordamos com Russo, Mendes e Marcelino (2022) ao dizerem que, em relação aos fluxos migratórios, “Travessia é a palavra que transcreve o percurso de quem chega em terras estranhas, trazendo outra cultura, outra língua e o desejo de integração para a sobrevivência.” (2022, p.24).

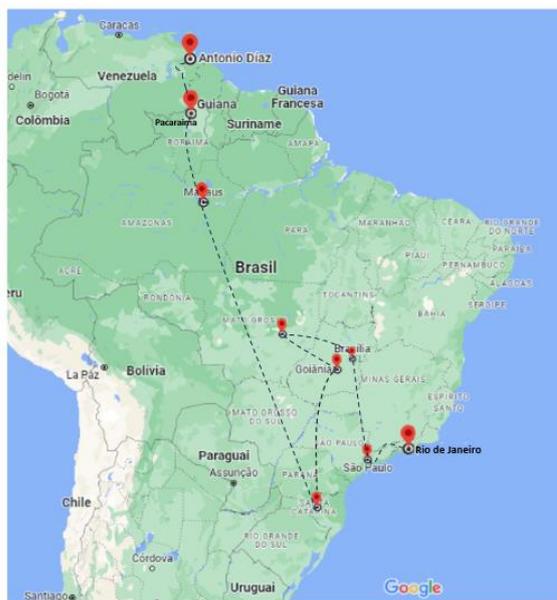
No capítulo anterior abordamos os marcos legais que estabelecem os direitos de sujeitos indígenas e refugiados em nosso país, definimos também o que é política pública e como os Warao são reconhecidos em nossa sociedade, além de apresentar dados estatísticos de imigração e refúgio no Brasil.

Já, no presente capítulo, traçaremos a rota da travessia para Nova Iguaçu, com um breve panorama histórico da cidade e reflexões, a partir do campo de pesquisa, com análise e categorização de dados sobre a forma como se deu o acolhimento de nossos sujeitos no contexto periférico da Baixada Fluminense.

Ao observarmos o percurso feito por nossos sujeitos dentro de nosso território nacional, percebemos que eles partiram de Roraima à Manaus (AM), do Amazonas à Mato Grosso, de Cuiabá à Goiânia e Distrito Federal, de Brasília à São Paulo e da capital Paulista ao Rio de Janeiro.

Foram dias de angústia, medo e incertezas, mas eles levavam muita esperança em recomeçar e encontrar um território para chamar de lar. Fizeram a travessia pelo território brasileiro com poucos recursos financeiros e viveram momentos tristes em nosso território, como poderemos observar a seguir. Assim, ilustraremos por meio do mapa a rota da travessia pelo Brasil.

Mapa 2 – Travessia pelo Brasil



- Da Venezuela ao Brasil (Roraima);
- De Roraima à Manaus;
- De Manaus à Santa Catarina;
- De Santa Catarina à Goiânia;
- De Goiânia à Cuiabá;
- De Cuiabá à Brasília;
- De Brasília à São Paulo;
- De São Paulo ao Rio de Janeiro.

Fonte: arquivo pessoal, rota produzida pela autora, imagem retirada do google mapa. 2023.

Assim, traçaremos o percurso de nossos sujeitos, narrado por uma jovem Warao de 17 anos, que em meio a uma conversa contou a sua experiência de diáspora. A mesma relatou, com voz embargada, que sentia saudade de quando seu pai trazia peixes pescados no rio perto de sua casa. Mas, que com o passar do tempo, a comida deixou de ser farta e foram obrigados a se deslocarem para a cidade.

Quando ainda estavam na Venezuela, enfrentaram grandes desafios e dificuldades, eles não conseguiram emprego, e sua mãe acabou adoecendo (dor de cabeça, febre...). Sem recursos para cuidar dela, decidiram sair de seu país. Foi quando souberam de parentes, que no Brasil, que as condições de vida seriam melhores, pois havia comida e roupas em abundância.

Então, iniciou-se a diáspora desse grupo, na luta pela sobrevivência, levando em sua bagagem a esperança por uma vida melhor. Em um relato que transmite tristeza e dor, “Em um determinado dia, antes de irmos para o Brasil, a gente estava na rua e chorava de fome, foi quando uma moça que estava voltando para a Venezuela nos ofereceu biscoito. Não tínhamos nada, nem casa, nem trabalho, nem comida...” (Neta do Aidamo, 23/09/2021 – tradução nossa)

A fome havia aumentado e trouxe muita dificuldade de conseguirem dinheiro. Disse também que a floresta de Buriti pegou fogo e, além disso, sua filha começou a ficar muito doente e não conseguiam ajuda em seu país. Como havia parentes aqui no Brasil, viram que a única forma de salvar a vida dela era vindo para cá. Em uma de nossas conversas com o Aidamo, tentamos compreender o que os trouxeram ao Brasil, ele disse que seu país é muito rico, mas que com a morte do presidente Hugo Chávez, a vida ficou muito difícil.

“Meu país é muito rico, mas com a morte do presidente Hugo Chávez, a vida ficou muito difícil. A fome aumentou e havia muita dificuldade de conseguir dinheiro. A floresta de Buriti pegou fogo e, além disso, minha filha começou a ficar muito doente e não conseguimos ajuda em meu país. Como tinha parentes aqui no Brasil, a única forma de salvar a vida dela era vindo para cá. Fomos de canoa até a cidade, depois pegamos um ônibus, com a intenção de voltar. Mas, todo o dinheiro acabou e fomos ‘obrigados’ a ficar.”

(Aidamo, Caderno de Campo. 15/02/2023)

Assim, para chegar à capital de Roraima, cidade que faz fronteira com aquele país, trilharam por vias terrestres, um percurso de aproximadamente 3,6 quilômetros, um longo caminho, feito de ônibus e ficaram abrigados em uma comunidade de refugiados Warao naquele estado. E, para enfrentar a fome, as mulheres começaram a coletar dinheiro nas ruas da cidade, na cultura Warao, o ato de pedir dinheiro é uma forma de trabalho. Para eles, este é meio de sobrevivência, mas muitos não compreendem e os julgam, discriminando-os, e este é um ponto de tensão e conflito cultural.

Como enfrentavam dificuldades, buscaram melhores condições de vida em muitos estados do Brasil, como Manaus onde moraram na rua, dentro de uma cabana, por aproximadamente uma semana, depois foram levados para um abrigo no capital Amazonense, lá ficaram por 7 meses. Após esse período, foram morar de aluguel, mas como o grupo era composto por muitos membros, foram retirados da casa pelo locatário e saíram em busca de novas oportunidades, reascendendo a esperança. Mas, em um dos episódios narrados pela jovem Warao, e reforçado por sua mãe e tia que estavam na entrevista de campo, sua família foi despejada, sem dó, nem piedade, por um homem embriagado, dono da casa em que estavam. Com voz embargada, narra que foram colocados para fora de sua casa, com as crianças, algumas de colo, sem falar nosso idioma “-

Tinha muitas crianças, estava chovendo. Ele nos colocou na rua.” (neta do Aidamo, 23/09/2021 – tradução nossa)

Com isso, receberam um novo convite para irem para Santa Catarina, ficaram 2 meses e foram para Brasília/Goiânia, convidados por um de seus tios. Assim seguiram viagem, de carona em carona conseguiram chegarem, em Mato Grosso, em uma busca incansável pelo recomeço, mas ficaram apenas 1 semana. E como começaram a ter dificuldade para conseguir se manter naquele estado, decidem vir para o Rio, passando por São Paulo. Eles chegaram à capital do Rio de Janeiro em 2020 e aqui ficaram até dezembro de 2023.

Contudo, ao chegarem à Capital carioca, por não haver nenhum parente para os acolherem, a única solução que tiveram foi se abrigar debaixo do viaduto da Rodoviária Novo Rio. E, na época, foram pauta de uma reportagem da revista ÉPOCA, do O GLOBO<sup>25</sup>, em que relata a trajetória deste grupo com imagens que representam o contexto pelo qual se encontravam naquela ocasião. Eles estavam como pedintes, em total vulnerabilidade social, como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 4– Abrigados na Rodoviária Novo Rio



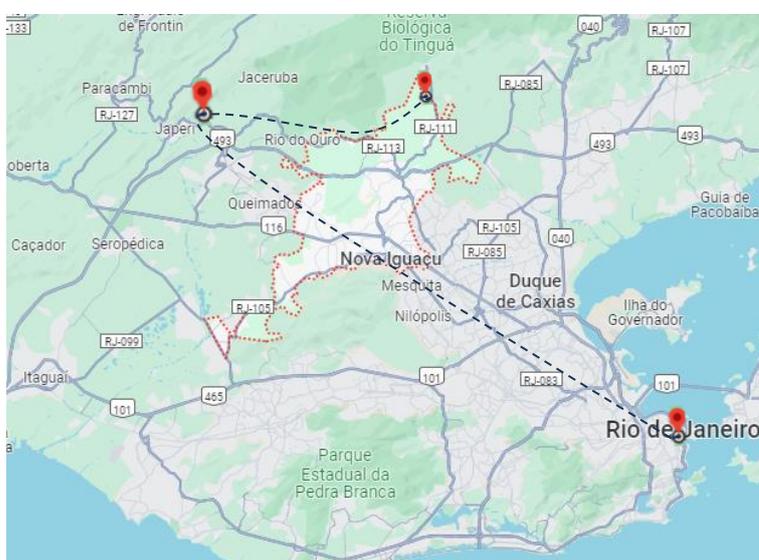
Em sua peregrinação, que já dura um ano, grupo percorreu trajeto de quase 7 mil quilômetros, viajando de ônibus com escala em pelo menos dez cidades do país antes de chegar ao Rio Foto: Gabriel Monteiro / Agência O Globo

Reportagem de Filipe Vidon – 13/02/2020, acesso em 10 jan.2023

<sup>25</sup> <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/indios-da-venezuela-acampam-perto-de-rodoviaria-do-rio-apos-jornada-de-7-mil-quilometros-24242747>

Como pode-se perceber, os Warao estavam sem condições mínimas de subsistência, quando um religioso os convidou para irem para o município de Japeri, periferia do Rio de Janeiro, situado na Baixada Fluminense. Marcado por violência e pobreza. Mas, na esperança de conseguirem dinheiro para voltar à Venezuela, segundo dados coletados em campo, aceitaram a ajuda humanitária e foram morar em uma casa cedida pela igreja. No entanto, ficaram pouco tempo lá, pois o município alegou não ter recursos para os acolherem e foram conduzidos à Nova Iguaçu, território vizinho. Conforme mapa a seguir:

Mapa 3 – Travessia para a Baixada Fluminense



• Da capital do Rio de Janeiro à Japeri;  
• De Japeri à Nova Iguaçu.

Fonte: arquivo pessoal, rota produzida pela autora, imagem retirada do google maps, 2023.

Com isso, a fim de ilustrar as características da cidade de Nova Iguaçu, faremos um breve percurso histórico do território, a seguir.

#### 4.1 Contextualização histórica do território de Nova Iguaçu

Terras de Iguassú<sup>26</sup>, município brasileiro do estado do Rio de Janeiro, localizado na região geográfica Metropolitana da Baixada Fluminense, sudeste do país. Esta é uma “terra linda e encantadora, desde os tempos de outrora, dos

<sup>26</sup> O vocábulo “Iguassú” é um termo de origem indígena da língua tupi, 'y-gûasu, que significa "rio grande" ou ainda "água grande", através da junção dos termos 'y (rio, água) e gûasu (grande), sendo uma referência aos indígenas jacutingas, naturais daquela região.

meus velhos ancestrais, tens uma história, cheia de beleza mil, o orgulho Fluminense é o orgulho do Brasil.” (Hino do município de Nova Iguaçu. Letra de Paulo Costa Navega).

Conta-nos a história, que no período colonial, após a divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias, foram-lhes concedidas as primeiras sesmarias e que havia, naquele tempo, muita prosperidade e progresso, especialmente pelo curso do rio, que fertilizava e nutria a terra, havendo grande atividade agrícola de laranjas, concedendo-lhe um afetuoso codinome de cidade perfumada. Em 15 de janeiro de 1833, o Governo da época publicou um decreto, que lhe deu autonomia política, sendo sua sede situada às margens do Rio Iguaçu, inicialmente, com uma Vila, que por ser muito próspera, tornou-se um dos empórios do Rio de Janeiro, reconhecidamente foi um importante espaço comercial, por ajudar a escoar produtos por vias pluviais e terrestres.

A prosperidade agrícola da região vem dos tempos em que foram concedidas as primeiras sesmarias. Os cursos fluviais existentes, não só fertilizavam as terras, como também serviam de via de comunicação com a cidade do Rio de Janeiro, para onde se escoava a produção. Situada à margem do rio Iguaçu, a sede da vila prosperou bastante, chegou a tornar-se um dos empórios da cidade do Rio de Janeiro, fazendo chegar seus produtos por via fluvial ou terrestre. O progresso da região levou o Governo a conceder-lhe autonomia, efetivada por Decreto de 15 de janeiro de 1833. A Vila instalou-se a 27 de julho do mesmo ano. (Brasil, IBGE)

Em 1891, a sede do município foi transferida para o arraial de Maxambomba, às margens da Estrada de Ferro Dom Pedro II, e em 1916 passou a se chamar *Nova Iguaçu*, em oposição à antiga sede, que ficou conhecida como *Iguaçu Velho*. Houve, ainda, um declínio na segunda metade do século dezenove, por conta da inovação progressistas, o escoamento comercial das vias pluviais foi substituído pelo tráfego terrestre da Estrada de Ferro D. Pedro II, que fica na Central do Brasil, a capital do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, há um movimento de reestruturação e progresso, a partir das obras de saneamento básico na Baixada, que contribuiu substancialmente para a retomada do poder comercial com a capital do estado.

Outro dado histórico é o crescimento populacional e comercial, que se deu em 1952, a partir da construção da Rodovia Presidente Dutra e da recuperação da malha ferroviária, que hoje servem como importantes veias de fluxo da população fluminense. Cabe destacar, também, que a partir de 1945, a grafia Iguassú foi alterada para Iguaçu, seguindo as mudanças do acordo ortográfico da época.

Naquele período, Nova Iguaçu possuía o título de Capital da Baixada pelas várias províncias, freguesias e distritos que possuía, era também a cidade dormitório, por abrigar viajantes e trabalhadores que usam a malha ferroviária da estrada de ferro. É conhecida também como “Mamãe-Iguaçu”, visto que seu território foi sendo dividido a partir da década de 40, gerando municípios como Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947), Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999), mas todos esses municípios são periféricos, termo usado para se referir aos locais mais afastados dos grandes centros urbanos.

Cabe destacar que com a divisão territorial, apesar de ainda ser possível afirmar que Nova Iguaçu é o maior município da Baixada, territorialmente, com 520,8 km<sup>2</sup>, e possui 785.867 habitantes, segundo o CENSO 2020, sendo um importante polo gastronômico e comercial do estado do Rio de Janeiro, houve também considerável queda na arrecadação, fragilizando a prestação de serviços públicos e vulnerabilizando grande parte da população iguaçuana, com a má distribuição de renda e desigualdade social, que resultam em espaços de disputas políticas e violência social.

#### **4.2 – Reflexões a partir do campo de pesquisa: análise e categorização de dados**

Este subcapítulo tratará os dados do campo empírico da pesquisa, a partir da interpretação e análise das entrevistas e caderno de campo organizados em categorias. Antes, porém, a fim de apresentar parte da construção dessa história, resgataremos alguns encontros, desencontros e conversas realizadas ao longo destes dois anos, entre chegadas e partidas.

Recordo-me que passados o estranhamento inicial e a insegurança de uma pesquisadora em processo de travessia, os encontros com os Warao foram se tornando fluidas e abertas ao acaso. As nossas conversas sempre foram permeadas por histórias que seguiam uma ordem cronológica no espaço/tempo da aldeia, na Venezuela, na narrativa de seu modo de vida e experiências, perpassando pela experiência da diáspora e vida no abrigo. Nesta escuta, conseguimos observar as mudanças faciais que iam do sorriso largo, ao narrarem suas memórias de infância e vida na comunidade Warao, às expressões de tristeza, ao falarem da fome e ausências vividas no Brasil. E foi assim, por meio da conversa, que conseguimos adentrar à sua casa e, com o passar do tempo, ir quebrando as barreiras entre esta pesquisadora e nossos interlocutores. Entre os meses de agosto e setembro, participei de 3 cursos sobre cosmologia e vida Warao, com a professora Leany Torres, líder Warao em Roraima, na modalidade virtual, realizado pela ONG Pacto pelo Direito de Migrar, por meio do Projeto Identidades – Cultura Global em Movimento. Contudo, o meu primeiro contato presencial foi em 03/09/2021, no abrigo/escola, em que sai daquele espaço com o desejo de mergulhar naquelas histórias.

#### **4.2.1 - Categoria: Acolhimento**

Buscando a compreensão do significado etimológico do termo acolhimento, observamos que este pode denotar abrigo, refúgio, proteção, amparo e/ou proteção. O que nos convida a refletir como os refugiados Warao foram acolhidos pelo município e de que maneira as relações interseccionais de poder podem ter influenciado ou não em sua vida no território.

Partindo do pressuposto de que eles chegaram ao estado do Rio de Janeiro de modo voluntário e não houve, no primeiro momento, um acompanhamento do poder público e, também, não havia nenhum parente que lhes pudessem oferecer abrigo, contaram com a ajuda humanitária de um pequeno grupo de religiosos. Assim, a fim de compreender esse processo, decidimos conversar com um dos integrantes do Ministério de Capelania, que acompanhou aquele grupo desde Japeri.

Ao iniciarmos nossa conversa/entrevista perguntamos como se deu aquele encontro e pudemos perceber, em sua fala, que apesar da “boa intenção”

algumas marcas coloniais estiveram permeadas no cuidado e tutela do poder da “igreja”. Conforme fragmentos a seguir:

A paróquia os encontrou próximo a rodoviária Novo Rio e através de um senhor eles foram abrigados em Teófilo Cunha - Japeri. O dono da casa, como eu falei, ele faz parte de uma paróquia, né? E a paróquia viu esse grupo, comentou lá, e tinha essa casa disponível ali em Teófilo Cunha, né? Que faz parte do município de Japeri. Então eles levaram os Warao pra lá. Nosso ministério de Capelania foi avisado através de um integrante que mora em Engenheiro Pedreira sobre um grupo de indígenas que estavam necessitando de ajuda e assim fui ao local, fizemos a ajuda imediata de alimentos, vestuário e medicamentos. Procurei os órgãos competentes como consulado Venezuelano, vereadores do município e assistência social de Japeri. Ficamos acompanhando até os órgãos públicos tomarem conta. Eu tenho um grupo de capelania, o Ministério de Capelania e Ação, e um dos integrantes, ele mora em Janeiro, Pedreira. Ele é barbeiro, não é? Então ele foi e comentou. Ele falou: ali em Terófilo Cunha, cara, perto de onde eu moro, tem um grupo lá, ele falou assim, de índio, não é? (Entrevista 2, Caderno de Campo, 27/12/2023)

Encontramos, também, uma matéria da Revista Consulata América<sup>27</sup>, datada em 5 de outubro de 2020, descrevendo o processo de acolhimento desta família da rodoviária Novo Rio à Japeri, sob a perspectiva religiosa, que traz o seguinte tema: VENEZUELANOS WARAO NO RIO DE JANEIRO: Muito foi realizado e está sendo, em prol desses irmãos, que bateram às portas, pedindo auxílio e proteção.

Chegaram à cidade de Engenheiro Pedreira, município de Japeri, Rio de Janeiro, algumas famílias refugiadas da Venezuela que estão adentrando no Brasil por Boa Vista, Roraima. Essas pessoas são indígenas Warao. Quando chegaram ao centro do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal os encaminhou para um alojamento, mas não deu certo, porque não se adaptaram com as normas e regras do ambiente e foram se alojar embaixo de um viaduto próximo à rodoviária Novo Rio, também no centro. Chuva, frio e muita umidade foram dificuldades encontradas por estas famílias, uma situação desafiadora e desumana. Até que um casal de ministros da Sagrada Eucaristia pertencente à Paróquia Jesus Ressuscitado na Vila da Penha, Rio de Janeiro, ao passar viu

---

<sup>27</sup> <https://consolataamerica.org/pt/venezuelanos-warao-no-rio-de-janeiro/>, por Robério Crisóstomo da Silva, acesso em: 05 jan.2024.

aquelas crianças, idosos e gestantes vivendo naquela realidade e se aproximou, iniciando um diálogo para entender do que se tratava.

Esse casal de ministros falando com o padre José Rosa, pároco da respectiva Paróquia Jesus Ressuscitado levou o caso ao cardeal do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta, o qual os encaminhou para a Caritas da arquidiocese, para que tomasse providências em acompanhar essas famílias. A Caritas arquidiocesana do Rio de Janeiro assumiu a causa e iniciou o processo de acompanhamento, dando assistência desde as necessidades básicas, às mais emergenciais. Foi diante dessa realidade que esse casal ofereceu uma residência localizada no bairro Teófilo Cunha em Engenheiro Pedreira, onde está localizada também uma capela dedicada a São Brás, pertencente à Paróquia Senhor do Bonfim. Em seguida, essas famílias foram encaminhadas para essa residência onde permanecem até hoje. O bispo da diocese de Nova Iguaçu, Dom Gilson Andrade entrou conosco na Paróquia Senhor do Bonfim, pedindo que tomássemos conhecimento da presença dessas famílias refugiadas warao que estavam residindo em uma casa no bairro. Caritas arquidiocesana do Rio de Janeiro assumiu a causa e iniciou o processo de acompanhamento, dando assistência desde as necessidades básicas, às mais emergenciais. Foi diante dessa realidade que esse casal ofereceu uma residência localizada no bairro Teófilo.

(Revista Consulata América, 2020)

Como verifica-se na imagem a seguir

Figura 5 – Traslado para Japeri – RJ



FONTE: <https://consolataamerica.org/pt/venezuelanos-warao-no-rio-de-janeiro/>, por Robério Crisóstomo da Silva, acesso em 05/01/2024.

Pela leitura da imagem é possível observar parte da família estendida abrigada em Japeri, posteriormente, em Nova Iguaçu. Nela conseguimos identificar 4 filhos, 9 netos, 4 genros/noras e esposa do Aidamo. Percebemos, que muitos sorriam, talvez pela esperança de conseguirem uma moradia.

Cabe salientar que no relatório do ACNUR (2021), sobre as Boas Práticas dos Municípios no acolhimento de famílias Warao em território Nacional, encontramos evidências de que a presença Warao foi informada pelo Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM), no mês de janeiro do ano de 2020, relatando a chegada de 35 indígenas Warao ao Rio de Janeiro.

A ação foi conjunta, com a coordenação do CEIPARM e o ACNUR foi o responsável por instituir um Grupo de Trabalho (GT), que contava com de diversos segmentos sociais, como: a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, membros dos Sistemas Públicos Estadual e Municipal de Assistência Social e Saúde, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e da OIM.

Diante disso, um novo GT foi articulado com a participação do CEIPARM, da Caritas, das Secretarias de Assistência Social das duas cidades, da Defensoria Pública da União, da Secretaria Estadual de Saúde, FUNAI e da OIM. De acordo com o relatório, ambos os GT's se tornaram fundamentais para a resposta contínua às necessidades protetivas das famílias, bem ainda para a elaboração e implementação da estratégia de integração local.

O ACNUR foi informado pelo Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM), em janeiro de 2020, sobre a chegada de 35 indígenas Warao ao Rio de Janeiro. Em conjunto com a coordenação do CEIPARM, o ACNUR instituiu Grupo de Trabalho com a participação da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, de atores dos Sistemas Públicos Estadual e Municipal de Assistência Social e Saúde, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e da OIM. Com a mudança de 26 indígenas para a cidade de Japeri e, Posteriormente, Nova Iguaçu, novo GT foi articulado com a participação do CEIPARM, da Caritas, das Secretarias de Assistência Social das duas cidades, da Defensoria Pública da União, da Secretaria Estadual de Saúde, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da OIM. Ambos os GTs se tornaram cruciais para a resposta contínua às necessidades protetivas das famílias, bem ainda para a elaboração e implementação da estratégia de integração local. (ACNUR, 2021, p.15)

Em janeiro de 2020, em meio à Pandemia de Covid-19, os Warao são transferidos de Japeri para um abrigo em Tinguá, Nova Iguaçu, em uma ação articulada pela Secretaria de Assistência Social e uma rede de apoio formada pelo G.T. Pode-se observar que o traslado desse grupo foi acompanhado pelo Ministro Consejero Venezuelano, Tomás Silva e ACNUR, que de acordo com a reportagem noticiada pelo site Embajada de La República Bolivariana de Venezuela, esta vinda fora em caráter definitivo, sendo articulada por vários organismos governamentais.

Como podemos verificar, no trecho em destaque e figura a seguir:

Posteriormente, y gracias a sus gestiones, se logró articular la cooperación entre varios organismos que actuaron de forma rápida para garantizar un espacio que alojase de manera definitiva a esta comunidad indígena. Hoy, la inauguración y traslado de estos venezolanos a su refugio de Nova Iguaçu constituye un importante paso en la atención a nuestros ciudadanos y les proporciona un espacio de vida en condiciones dignas y seguras. (Alcaldía de Nova Iguaçu, Gobernación de Río de Janeiro, Ministro consejero Tomás Silva, Refugiados Brasil, Reuniones con autoridades, Río de Janeiro, Tu Embajada En Brasil, Venezuela en Brasil, Waraos en Brasil – nov.2020)

Figura 6 – Traslado para Nova Iguaçu / RJ



Fonte: <https://br.embajadavenezuela.org/noticias/ministro-consejero-acompana-traslado-de-comunidad-warao-a-nova-iguacu-en-rio-de-janeiro/> acesso em 01 jan.2023.

Para este acolhimento, foi disponibilizado um espaço provisório, adaptado. Descrito pela ACNUR como uma estratégia habitacional do poder público, em que foi oferecido um imóvel da prefeitura, escola desativada e reformada para receber aquele grupo. Como podemos verificar no fragmento a seguir:

Estratégia habitacional. Quando de sua chegada à região, as famílias inicialmente acamparam no entorno do Terminal Rodoviário Novo Rio, onde permaneceram por algumas semanas. Foi realizada tentativa, pelo poder público, de encaminhamento das famílias para abrigo público, iniciativa que restou infrutífera dadas as diferenças de perfil entre os acolhidos e a percepção, pelas famílias Warao, sobre as dinâmicas de segurança dentro e fora do abrigo. As famílias foram então acolhidas em sítio no município de Japeri, por livre iniciativa de grupo religioso. Após cerca de 6 meses, ante o risco de despejo do imóvel onde estavam e o trânsito diário das famílias, para coleta de dinheiro, em Nova Iguaçu, foi articulada, no âmbito do GT, a inclusão das famílias em programa de bolsa moradia da Secretaria de Assistência Social (SEMAS) de Nova Iguaçu. Contudo, dada a dificuldade de se conseguir imóveis com estrutura adequada e valor compatível com o benefício, e em vista do desejo das famílias de seguirem morando juntas, a SEMAS cedeu e adaptou à moradia dos indígenas um imóvel da prefeitura onde antes funcionava uma escola, atualmente desativada. O grupo se mudou para o local no começo de dezembro e estipulou, junto à Secretaria, regras de convivência adequadas à sua realidade cultural. As famílias seguem sob o acompanhamento semanal do CRAS da localidade e dos técnicos e gestores da Secretaria. (ACNUR, 2021, p.15)

Figura 7 – Abrigo Escola



Fonte: Abrigo de Nova Iguaçu (Escola desativada, reformada para receber os Warao em Tinguá – N.I.) - Arquivo GEPELID, 2021.

Daqueles 35 indígenas, inicialmente, apenas 27 indígenas foram para a cidade de Japeri e, posteriormente, Nova Iguaçu. Pois, uma das famílias decidiu não ficar no território e foi para outra cidade no estado de Mato Grosso. O grupo familiar a que nos referimos e denominamos interlocutores nesta pesquisa, era composto por 5 núcleos familiares, que compreendiam 2 idosos, 8 adultos, 4 adolescentes/jovens e 13 crianças, duas delas nascidas em solo brasileiro, na época, sendo representados nas seguintes categorias:

No ano de 2021, outro grupo Warao chega ao município, trilhando o mesmo percurso de seus parentes com cerca de 9 pessoas, sendo 6 adultos, 3 crianças e 1 adolescente, esta era a família estendida da esposa do Aidamo. A matriarca daquele grupo familiar é cunhada do cacique e veio com seu esposo, filhos, neta e genro. Eles, no primeiro momento não foram bem recebidos no município, o que causou certo descontentamento ao grupo, pois não recebiam nenhum tipo de auxílio do governo.

Esses se deslocaram de seu território fugindo da morte, da incerteza, sonhando em conseguir criar seus filhos e dar-lhes comida e abrigo. Mas, com um profundo desejo de regressar ao seu país, quando este tiver condições mínimas de sobrevivência.

Sobre o traslado de Japeri para Nova Iguaçu, nos debruçamos a pesquisar a forma com que este processo se deu. Para isso, decidimos conversar/entrevistar com um dos gestores da Secretaria de Ação Social, que não terá seu nome revelado na presente pesquisa. Assim, ao ser questionado sobre como souberam da presença Warao na Baixada Fluminense, o entrevistado disse que na verdade, quem teve o primeiro contato foi a “secretária e ela foi mobilizada, quando a equipe de indígenas estava no território do município aqui do lado de Japeri. E aí, como eles estavam numa situação de risco naquela região, teve uma mediação, e aí o município acolheu eles aqui na cidade. Aí, providenciou um imóvel...” (Entrevistado 1, Caderno de Campo, 02/12/2023).

Quando questionado sobre o porquê da decisão em acolher, o mesmo afirmou, em suas palavras, que foi por empatia e comprometimento ético e político.

Por empatia a gente... (risos)... pelo amor de Deus! Comprometimento ético, político... A secretária também tem esse perfil e aparece demanda, vamos embora! E depois a gente vê como é que a gente faz... E foi muito nessa dinâmica, porque a gente nunca teve formalmente uma demanda de imigrantes e refugiados. É óbvio que tem imigrantes e refugiados quando a gente acolhe não só os indígenas como um grupo de idosos também. A gente começou a organizar e perceber outros grupos e tal. Mas efetivamente isso se deu muito dentro, em paralelo. Surgiu a demanda e a gente foi se apropriando dela, conforme a gente foi acolhendo ela. (Entrevistado 1, Caderno de Campo, 02/12/2023).

Assim, conseguimos observar que houve mobilização intermunicipal para receber os Warao em Nova Iguaçu, por conta de sua vulnerabilidade social, mas não houve uma organização quanto à acolhimento como abrigo. Ao que fica evidente, é que houve ajuda humanitária e o acolhimento, mas que o entendimento das especificidades daquele grupo se deu no meio do processo, ao longo do caminho, a partir das demandas que iam surgindo.

Cabe ressaltar que ao chegar em Nova Iguaçu, foram atendidos pela Assistência Social Municipal e inseridos em programas de Auxílio Brasil (Bolsa Família) e moradia. Além disso, passaram a receber atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e visitas periódicas de profissionais da saúde. Existe um novo GT que se reúne, periodicamente, com o objetivo de traçar ações e metas para ajudar o Povo Indígena Warao em suas “demandas e urgências”.

Entretanto, retomando a narrativa sobre o processo de acolhimento, percebemos por meio do relatório do ACNUR (2020), que a gestão municipal de educação não foi envolvida na primeira ação de acolhimento, apesar de evidenciarmos o grande número de crianças presentes no grupo. A preocupação foi assistencial, oportunizando saúde e moradia, naquele primeiro momento.

Mas, quando o direito à educação começou a ser garantido a esse grupo? Tal questionamento paira ao ar, ao analisarmos o gráfico com o resultado de dados levantados pelo ACNUR (2021), sobre o perfil dos indígenas Warao em território Nacional, pois esta representa 70% das etnias de indígenas refugiados. Dentre estes, cerca de 46% estão em idade escolar, compreendidos na faixa etária entre 0 a 17 anos.

Cabe destacar, que as populações indígenas possuem hábitos, costumes, crenças, línguas próprias, sendo dever do poder público garantir que

seu modo de vida seja respeitado e ensinado na escola sob o qual estejam matriculados, conforme descrevemos anteriormente.

Figura 8 – Dados ACNUR



Fonte: ACNUR/PROGRES V4 - Relatório de Atividades para Populações Indígenas, 8o edição, acesso em 01 mai.2024

Assim, o que se conseguiu observar inicialmente, foi que, no âmbito da educação municipal, as crianças e adolescentes foram matriculadas em uma escola próxima à sua residência, tendo sido acompanhadas por uma professora de Espanhol, no período de aula remota<sup>28</sup>. E a educação só passou a pertencer ao GT em 2022, em uma remodelação do mesmo.

Ainda em 2021, as medidas sanitárias já permitiam o contato pessoal, com as devidas precauções (uso de máscara e álcool gel). As aulas ainda estavam online, naquele período, tendo sido retomadas de forma presencial no mês de novembro daquele ano.

Sobre o acolhimento das crianças Warao no espaço escolar, a pesquisadora Tamara Cabral (2023), descreve com preocupação o fato destas terem sido acolhidas no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de

<sup>28</sup> DECRETO MUNICIPAL 11.908 - RESOLUÇÃO nº 01 de 30 de março de 2020. - detalha as atividades temporariamente suspensas em decorrência da pandemia provocada pelo Coronavírus (sars-cov-2), causador da covid-19, que culminou no distanciamento social, na época em que chegaram ao município.

Terras de Marambaia, espaço cedido pela Assistência Social, em meio à pandemia, de forma remota. A mesma questiona, ao nosso ver, como essas crianças poderiam sofrer com os impactos de acessar o sistema escolar daquela forma e por interseccionarem em diferentes categorias sociais: por serem crianças, indígenas e refugiadas.

Acerca deste primeiro contato nos questionamos como uma criança, com uma cultura e língua diferentes passa por este processo de adaptação. Uma criança indígena e refugiada é constituída em valores culturais, políticas e práticas diferentes e ao entrar em um sistema educativo em outro país, sofre ainda um impacto linguístico entre o que ela conhece e o que a escola oferece. (CABRAL, 2023, p. 73)

Mas, precisamos dar atenção às garantias de direitos específicos, especialmente no campo da educação

**Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.  
**§ 2º** O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.  
Além de pareceres técnicos emitidos pelo Ministério Público Federal, que sugerem a escuta desses sujeitos para conhecer suas necessidades e especificidades. (BRASIL, 1988)

A constituição regulamenta que a língua materna indígena e sua cultura precisam ser ensinadas em consonância à Língua Portuguesa. Mas, ainda hoje esta não é a realidade em nosso país. Pois, apesar de existirem leis que garantem direitos aos povos indígenas, percebemos que eles enfrentam muitas dificuldades. Especialmente o grupo pesquisado, por interseccionarem, também, com outras categorias do poder, como: imigrantes de um país periférico do sul global e estarem em situação de refúgio.

Rufino (2021) defende que “muito do que se pinta como educação é, na verdade, malabarismo discursivo para mistificar o que é mobilizado na agenda curricular do Estado colonial.” (p.13). O modelo patriarcal, hétero, branco, eurocentrista foi por muitos anos, reproduzido no currículo educacional e reflete a colonização do saber referida anteriormente.

O autor nos faz refletir sobre a forma como podemos enxergar a educação, pois ela não salva os sujeitos, mas pode garantir a sua existência e marcas na temporalidade da vida. Não cabe à educação o lugar de reproduzir modelos sociais pré-concebidos que engessam, selecionam, desvalorizam os sujeitos.

E, diz que

“A educação não está para a salvação de nada e de ninguém, mas para garantir vivacidade das existências e suas inscrições no tempo. Enquanto alguém que faz da educação uma forma de cismar o mundo e um roçado de esperanças, percebo que há confusão em torno do entendimento de sua real força. Isso se daria porque a palavra foi e continua sendo investida de valores que desvitalizam e a refazem meramente como um modo de escolarização que reifica, reproduz e normatiza padrões de classificação, competição e desigualdade.” (Rufino, 2021, p. 14,15)

É possível dizer que o entendimento sobre a educação precisa ser sob a perspectiva de desconstrução de paradigmas de dominação do conhecimento, na luta pela valorização dos sujeitos outros, reconhecendo sua memória, como experiência da vivacidade, inscritos no tempo e espaço geopolítico.

Ao refletirmos sobre sujeitos que chegam em terras estranhas, podemos perceber que ele é o outro, em uma situação de refúgio, que traz na bagagem a língua outra, a cultura outra, que vem de um lugar outro, com um forte desejo de sobreviver. Como mencionado anteriormente, a perspectiva do pensamento outro surge a partir dos estudos de Catharine Walsh (2019), que questiona a centralidade do pensamento hegemônico eurocêntrico e nos desafia a olhar o outro por lentes multifocais, a partir de outros sujeitos e outros territórios.

Para isso, ela nos convida a refletir a partir de uma abordagem conceitual, que analisa os sujeitos no *tempoespaço* geopolítico do território, sendo possível observar que a ideia do sujeito outro, está sob o viés de uma perspectiva cujos movimentos sociais e minorias buscavam construir uma nova forma de pensar a hierarquização político-social.

No entanto, para isso seria necessário desconstruir um modelo forjado pela colonização, em que se colocava o “homem branco” como modelo cultural

subalternizando “outros”. Visto que, não se encaixam neste padrão sócio-normativo, colonizando e colocando sua cultura acima de todas.

Sob a perspectiva teórica de Walsh (2019) e outros autores que discutem a interculturalidade no Brasil, mais especificamente na escola brasileira (CANDAU, 2011), a partir de uma perspectiva da interculturalidade crítica, acreditamos que lutar pelo respeito ao “outro” é combater a dominação do conhecimento. Essa preocupação nos faz refletir sobre a importância do debate, pois é atravessada pela construção de políticas públicas igualitárias na educação, para que seus saberes e cultura sejam respeitados e coexistam nas escolas.

Cabe destacar, que além das leis já mencionadas ao longo da pesquisa, existe uma Lei orgânica do Município de Nova Iguaçu, criada em 1990, em que se estabelece no art. 171, inciso X, que o município garantirá a “plena proteção das expressões culturais, incluindo-se as indígenas, as afro-brasileiras, e as de outros participantes de acervo cultural, bem como artesanato”.

No campo da educação temos a garantia de uma educação que respeita a cultura de grupos indígenas em leis como a LDB 9394/96, artigo 32, parágrafo § 3º, que diz que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”, como também a Lei 11645/08, mais recente e não muito bem compreendida em alguns espaços escolares, que torna obrigatória a inclusão da temática indígena e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Porém, em uma de nossas visitas técnicas, não observamos uma atenção às essas especificidades do grupo Warao no território. Como pode ser observado no registro a seguir

No dia em 30/06/2022, observamos que havia sete crianças matriculadas no primeiro segmento do Ensino Fundamental e duas no segundo segmento. Em conversa com a profissional da escola, foi relatado o número alto de faltas, no período de março a junho naquele mesmo ano, revelando a evasão escolar daquele grupo. (Caderno de campo, 30/06/2022)

O que pudemos apurar foi que, com o retorno das aulas presenciais em 2022, o grupo foi dividido por série/idade, o que nos sugere que tenha causado

insegurança aos menores, por serem de turnos diferentes dos maiores e tê-los como referência. A escola, por sua vez, não conduziu o acolhimento de forma intercultural, talvez por falta de apoio, conhecimento ou interesse.

A seguir preparamos uma tabela ilustrando os dados obtidos sobre a frequência das crianças no primeiro semestre daquele mesmo ano.

Tabela 2 – Dados sobre matrículas e evasão

TURMA	CRIANÇAS MATRICULADAS DE ETNIA WARAO	FALTAS
Educação Infantil – 5	Aluno A	Março – 18 Abril – 14 Maio – 21 Junho – 11
1º ano E.F.	Aluno B	Março – 15 Abril – 14 Maio – 18 Junho – 11
2º ano E.F.	Aluno C	Maio - 14 junho - 08
	Aluno D	Junho – 08
3º ano E.F.	Aluno E	Março – 07 Abril – 06 Maio – 12 Junho – 06
	Aluno F	Março – 04 Abril – 05 Maio – 06 Junho – 02
	Aluno G	Março – 06 Abril – 05 Maio – 07 Junho – 03
5º ano E.F.	Aluno H	Março – 02 Abril – 07 Maio – 14 Junho – 17

Fonte: A autora, 2024.

O fato é que no período da pandemia, havia um grupo multisseriado, estudando juntos, com uma professora de espanhol que atendia, especificamente, às suas demandas e ainda eram acompanhados por seus pais. Naquele período, a frequência era considerada boa. Cabral (2023) descreve uma das aulas remotas da seguinte forma:

Na sala preparada para a aula, havia uma mesa com um notebook e um alto-falante, ao fundo, coladas na parede, algumas figuras de notas musicais e letras de músicas. As crianças se sentaram e a aula iniciou. A professora perguntou se todos estavam bem. Após um silêncio, foram respondendo aos poucos que sim e então a aula começou. Foram duas atividades que eram supervisionadas por dois mediadores: Na primeira, os alunos deveriam separar frutas e verduras nas colunas corretas escrevendo seus respectivos nomes. A professora então os questionou sobre qual seria a fruta e a verdura preferidas de cada um. Em um primeiro momento todos ficaram quietos. Talvez tímidos com a nossa presença ali? Um dos mediadores os incentivava a responder e então as vozes tornaram-se audíveis. Enquanto as crianças falavam, a professora ia digitando os nomes ditos em uma página do Word. Com o auxílio dos mediadores, eles foram realizando a atividade escrita. A segunda atividade era composta de um gráfico que trazia uma votação de animais e se desenvolvia por algumas questões que as crianças deveriam responder, como: Qual o animal foi o mais votado? E o menos votado? Qual animal recebeu X votos? Mais uma vez, a professora buscou um diálogo com as crianças perguntando qual o seu animal preferido. Depois de um breve silêncio, novamente, as crianças começaram a falar suas preferências. (CABRAL, 2023, p.75)

Cabe destacar, que a Legislação e pareceres técnicos, emitidos pelo Ministério Público Federal, sugerem a escuta dos povos indígenas, a fim de reconhecer suas necessidades e especificidades, garantindo uma educação por meio da interculturalidade crítica e decolonial. E, mesmo que empiricamente, as aulas remotas permitiam essa escuta, mas quando foram para a forma presencial este lugar se tornou o de ausências.

Em Teresina, houve uma sensibilização sobre as especificidades Warao e, como política pública do território, foi criada uma escola Trilíngue, com o ensino de português, espanhol e Warao por meio da participação da comunidade e com o apoio de tradutor e mediador cultural.

Figura 9 – Dados de outros territórios

## **Indígenas Warao frequentam a escola em projeto de alfabetização trilíngue**

**Em Teresina, crianças e adolescentes de 6 a 17 anos são alfabetizados em português, espanhol e Warao, com o apoio de educadores sociais da etnia indígena.**

O que é necessário para construir uma vida melhor? Para indígenas Warao que vivem em abrigos na cidade de Teresina, Piauí, a resposta está na ponta de lápis e canetas: educação.

Desde março, 81 estudantes da etnia venezuelana passaram a frequentar três escolas da rede municipal de educação em um projeto de alfabetização trilingue, que contempla os idiomas português, espanhol e Warao. Nas classes diárias, além dos professores brasileiros, os alunos são acompanhados por 12 educadores sociais Warao, que atuam como tradutores e mediadores.

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/228965-ind%C3%ADgenas-warao-frequentam-escola-em-projeto-de-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-tril%C3%ADngue>, acesso em 25 abr.2023.

Tal ação poderia servir como modelo para o atendimento aos Warao e sujeitos de outras etnias, a fim de melhorar a qualidade na prestação de serviço público em outros municípios e estados.

#### **4.2.2 - Categoria: Interseccionalidade, imigração e identidade indígena**

Ao longo de nossa pesquisa, tentamos nos apoiar na interseccionalidade como uma ferramenta de análise que pode nos ajudar a observar o campo e a relação pelo qual os sujeitos são olhados e atendidos no município pesquisado. Sabemos que o termo “interseccionalidade” foi adotado no início do século XXI, por militantes de políticas públicas, ativistas de causas sociais, estudantes e docentes do ensino superior e etc., cujas temáticas se aproximavam aos estudos feministas. E, tentaram transformá-la em parte fundante de debates sobre políticas públicas em diversos países, buscando investigar como as relações sociais se interseccionam considerando categorias como raça, etnia, classe social, gênero, nacionalidade, dentre outras.

Para Collins e Bilge (2021),

A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdades econômicas como medida da desigualdade social global.

Ao focar na raça, gênero, idade e estatuto da cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham prática de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos a aposentadoria. (idem, p 33)

Neste sentido, nas ações planejadas pela prefeitura de Nova Iguaçu, com o apoio do grupo de trabalho, segundo consta em relatório divulgado no site da OIM, estava descrita, dentre as ações planejadas na época, a oferta de um espaço para que as famílias pudessem ficar juntas e viver conforme suas tradições.

Entre as próximas ações planejadas pela prefeitura de Nova Iguaçu, com o apoio do grupo de trabalho, estão a articulação com o banco de vagas de trabalho do município e a oferta de um espaço para que as famílias possam morar juntas e em condições adequadas às suas tradições.

A OIM planeja incluir os indígenas nas iniciativas de integração econômica do Projeto Oportunidades – Integração no Brasil, iniciativa desenvolvida pela OIM com financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), para apoiar a geração de renda e ampliar a autonomia do grupo. (OIM, 2020)

Com isso, o não cumprimento destas ações nos evidencia que pode ter contribuído para o descontentamento do grupo acolhido. Ainda em 2021, vimos muitas ausências especialmente pela falta de estrutura que o “abrigo/escola” tinha para atender às especificidades que aquele grupo demandava. E, verificamos, ao longo da presente pesquisa, que pouco se avançou nessa agenda política.

Em um de seus relatórios, o ACNUR descreve a situação vivida pelos refugiados indígenas no território brasileiro como desafiadora, por seus aspectos culturais e por estarem em vulnerabilidade social.

A situação indígena tem sido um dos maiores desafios na resposta emergencial brasileira ao fluxo venezuelano. Trata-se da chegada de uma etnia sem histórico de presença no território brasileiro, em situação de deslocamento forçado, com vulnerabilidades e aspectos culturais ainda pouco conhecidos e estudados no país. Essa conjuntura única, associada à imprevisibilidade na movimentação de tais grupos no território brasileiro, gera desafios adicionais aos órgãos e às redes que prestam assistência a essa população, que devem se atentar às necessidades e às dinâmicas específicas destes indígenas para responder a demandas de primeira necessidade relativas a alimentação, abrigo, saúde e apoio ao desenvolvimento de meios de subsistência. (ACNUR, 2021)

Durante nossas primeiras conversas, umas das mulheres se queixou do lugar, dizendo que lá haviam espíritos ruins, que eles desejavam sair. Em praticamente todas as visitas de campo, nossas conversas permeavam pelo desejo do grupo de não ficar naquele espaço, que segundo eles, havia maus espíritos e não havia respeito a sua cultura.

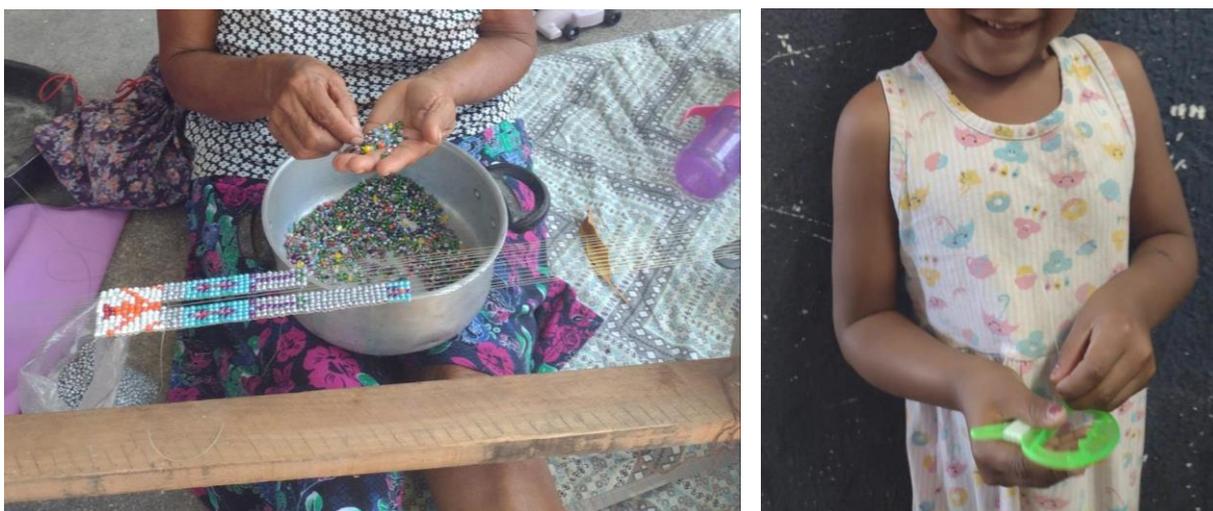
Enquanto conversava com a menina, ouvi de longe, que uma das mulheres havia passado muito mal, na noite anterior, e que os indígenas acreditavam ser espírito de uma árvore, que está o quintal. Na cultura Warao, tudo tem espírito, e estes podem trazer doenças. Ao me aproximar, outra mulher falou, em espanhol: “- Ainda bem que foi nela, se fosse uma de nossas crianças, teria morrido.” Mas, na cultura ocidental, os sintomas apresentados pela mulher poderiam indicar convulsão, então os agentes queriam levá-la ao hospital. O cacique estava temeroso de autorizar a sua ida por conta do estado Pandêmico, sob o qual estamos vivendo, por conta do risco de contágio da COVID-19. Entretanto, como já estava na hora de irmos embora, não sei como essa situação foi resolvida. Enfim, sai dali com o coração cheio de esperança de conseguir mergulhar naquelas histórias. (Visita Técnica com o GEPELID, 03/09/21).

Mas, apesar das muitas ausências, havia um espaço de resistência. Conforme se verifica na descrição do campo, a seguir.

Após a travessia daquele grande rio azul, chegamos em terra firme e, no quintal, avistei muitas roupas estendidas no varal, algumas mulheres sentadas no chão, em cima de tecidos, com suas crianças e potes com miçangas espalhados ao redor. Estavam fazendo pulseiras coloridas, típicas de sua cultura, com figuras de animais e formas geométricas. Isso chamou muito minha atenção, e descobri que a OIM (Organização Internacional de Migrantes) tem um projeto de artesanato e estão auxiliando o grupo. Eles farão um intercâmbio entre uma professora de artesanato local com este grupo indígena. Algumas mulheres com seus bebês, nascidos em nosso país, no colo ao fiar o nylon na madeira, teciam também sua cultura e ali renascia a esperança. Ao lado, vi uma menina, com seu vestido colorido. Ela segurava em suas mãos os fios que a desafiavam a fiar seu futuro. Sorriso inocente e encantador. Pouco ouvi sua voz, mas em seus olhos me senti aceita e acolhida. (Visita Técnica com o GEPELID, 03/09/21).

A seguir será possível observar a cena descrita, que representa a resistência e resiliência em meio a um contexto de migração e interculturalidade. Apesar das dificuldades e ausências, há um espaço onde a cultura e a esperança são preservadas. Mulheres indígenas estão engajadas para manter seu artesanato. A presença de bebês nascidos em território brasileiro, enquanto suas mães tecem, simboliza a continuidade e a renovação da identidade cultural.

Figura 10 – Fios que desafiam



Fonte: ARQUIVO GEPELID, 2021.

Uma menina, que poderia representar o futuro, segura os fios que desafiam seu destino, emanando inocência e esperança. Apesar das barreiras linguísticas e culturais, evidenciada nos olhares e sorrisos compartilhados. Essa cena ilustra a capacidade humana de encontrar esperança e conexão mesmo em meio às adversidades.

O grupo se organizou internamente e começou a comprar, com meios próprios, os insumos para a produção de artesanato, sem apoio do poder público, apesar das promessas iniciais.

**Pesquisadora:** O governo conseguiu ajudar no artesanato Warao, para autonomia financeira?

**Entrevistada:** Então, o artesanato, a gente não conseguiu avançar muito nisso. A gente chegou a fazer algumas articulações, mas as pessoas que a gente colocou, seja da SEMAS, ou seja da FENIC, a gente não acabou conseguindo o vínculo. Aí eles tinham... pela rede, lembra? Que também tinha pessoas da sociedade civil, eles produziam o artesanato. Eles

vendiam o artesanato. Mas eles não compartilharam com as nossas equipes como era que foi aí por isso. Então a gente não sabia se eles pegavam, vendiam na rua como eles estavam, ou se eles vendiam para uma pessoa em específico. Porque a gente até pensou em fazer, de repente, um site, falar sobre... Né? Enfim, dar uma potencializada, só que essa dinâmica, como a gente... Porque eu acho que a gente passava na cabeça deles. Ah, se eu falar para eles que eu estou tendo alguma fonte de renda, eles vão cortar todos os benefícios, então o que não era assim. E aí eles não compartilharam isso com a gente, não conseguiam ter dimensão de como funcionaram. Mas eles sempre fizeram. Porque toda vez que a gente ia lá, vocês não faziam visita, eles não estavam lá fazendo cordão, fazendo pulseira, fazendo isso aqui, eles faziam. Mas eles não compartilharam, pelo menos com a equipe da assistência, compra de material, renda de não sei o quê, nada disso. Aí a gente chegou com as vezes tentadas de se conseguir, palha, se não fosse do... originário da Venezuela, tentar Buriti. Acabou não... Não (Entrevistado 1, Caderno de Campo, 02/12/2023).

Para os Warao, produzir seu artesanato era resistir com sua cultura e uma forma de ensinar aos mais novos. Em uma de nossas conversas, perguntei às mulheres sobre o artesanato, e a conversa fluiu assim:

**Pesquisadora: Como vocês aprenderam artesanato?**

Warao -mulher mais anciã – esposa do Aindamo: Bom aprendemos por parte de minha avó, quando era pequena eu via minha avó fazendo.

**Pesquisadora: As suas crianças sabem fazer?**

Warao - filha do Aindamo: Sim, as crianças sabem, nós sabemos, minha mãe sabe. E eu sei, através de minha mãe. E, nós sabemos, os meus filhos já são artesãos. Não podemos deixar de ser artesãos, pois é a nossa cultura. Mas, com a árvore de Buriti.

**Pesquisadora: Como vocês faziam o brinco de Buriti, com a semente?**

Warao - filha do Aindamo: Não, é diferente. O brinco se faz o Buriti, mas tem que tentar fazer, mas não sabe explicar.

**Pesquisadora: E, como começaram a usar a miçanga?**

Warao - filha do Aindamo: Na nossa cultura, já se fazia lá também (na Venezuela).

Warao – nora do Aidamos interrompe e diz: Temos que conseguir agulha, linha para fazer isso, miçanga. Não temos, daí temos que comprar com nosso dinheiro também.

**Pesquisadora: Mas, lá na Venezuela era miçanga também?**

Warao - filha do Aidamo: Sim, era igual.

**Pesquisadora: E lá na aldeia também tinha miçanga?**

Warao - filha do Aidamo: Não, tínhamos que ir para o estado para comprar.

**Pesquisadora: E, como vocês vendiam lá na Venezuela?**

Warao - filha do Aidamo: Nós morávamos em uma comunidade, e quando terminávamos de fazer, tínhamos que viajar para a cidade para vender: em Caracas, Maturin, Carapita,...

**Pesquisadora: Onde vocês moravam?**

Warao - filha do Aidamo: Amacuru, em uma comunidade, somos indígenas, era muito longe... E, encerra a conversa com um breve sorriso. (Caderno de campo, 14/09/22)

Naquele mesmo o ano, 2022, já como pesquisadora do mestrado, participo de uma reunião do G.T., no dia 09/02/2022, cujo objetivo foi o de traçar ações e metas para ajudar o Povo Indígena Warao em suas “demandas e urgências”. A base de análise destes encontros foi por meio do caderno de campo e ATA das reuniões. Na reunião do G.T. do dia 23/05/2022, presenciei o desrespeito à liderança indígena Warao e completo desconhecimento de sua cultura, em que registrei duas falas bem impactante: “Somos sangue Potiguar, somos indígenas da mesma terra.”, “Soy Warao, soy indigena, soy extranjera, soy artesana, mas soy una persona humana, como usted.”, em um contexto em que se falava sobre o direito ou não aos benefícios sociais de um grupo da família estendida, que acabava de chegar ao território de Nova Iguaçu, e sobre o direito do Aidamo de convidá-los a morar na casa cedida pelo município.

Foi então, que a diretora interrompeu e disse que eles não poderiam estar aqui. Que por questões políticas, não há recurso financeiro para atender às três famílias composta por 15 pessoas, entre filhos, noras e netos de dona P. Antes, porém, o marido de Purificação disse que as crianças precisavam de escola (idades de 12 e 17 anos). Anotei como uma agenda da educação, nesta pauta. E, assim, ela continuou dizendo, que a

casa não era do Cacique, que se ele havia dito isso há família, estava mentindo. Qual concepção de casa, estamos falando? Colonizadora, talvez? Cabe uma reflexão, mas deixarei para desenvolver em minha dissertação. Seu G., pediu para falar e disse que em Pacaraima, ao entrar ou sair do abrigo tinha que mostrar documento aos “homens de farda” e que aqui é sua casa sim. Mais uma vez foi interrompido, com a fala de que “Não! Não era!”, a casa é um espaço da Prefeitura e que a qualquer momento poderá ser pedida para se transformar em um posto de saúde e seria por isso, talvez, que a comunidade não os aceite tão bem. Para completar essa fala, uma das enfermeiras disse assim: “Eu moro aqui perto e os vejo no mercado gastam o dinheiro que ganham comprando coisas desnecessárias, como carnes caras...” E, o grupo disse que não deixariam ninguém para traz, que só aceitariam o benefício, se todos recebessem. E, a diretora falou que “é muito fácil pedir desligamento do aluguel social”, um dos benefícios recebidos pelo grupo. Então, a questão da geração de renda foi colocada em pauta e a representante da OIM disse ter miçangas para doar e que estaria em negociação com outras instituições a fim de os apoiarem na produção e escoamento de seu artesanato. Foi então, que seu Gerônimo levantou sua voz e como que um último pedido disse: “NÓS PRECISAMOS DE UMA TERRA, PROPRIEDADE! “Somos sangue Potiguar, somos indígenas da mesma terra.” “Eles são família, não podemos deixar para trás”. (Caderno de Campo, Visita à Escola, 30/06/22)

Tal negação, reacende nosso debate sobre a garantia de direitos aos indígenas refugiados em nosso país. Vimos também, ao longo da presente pesquisa, falas marcadas pelo desconhecimento cultural e modo de ser destes povos indígenas, por parte de alguns profissionais que atendiam diretamente os Warao, que denotavam uma ótica que subnegava e subjugava a identidade indígena daquele povo. Assim, a fim de ilustrar os fatos observados, destacamos fragmentos dos registros de campo.

Perguntei sobre o atendimento aos WARAO, ela mal sabia o nome da etnia do grupo atendido. Então, aproveitei que estava com a impressão do slide apresentado no Seminário da Caritas, da UERJ, e contextualizei sobre a origem do grupo, significado do nome, um pouco sobre a travessia e como estão aqui em Nova Iguaçu. Ela pareceu bastante interessada em conhecer a história, mas ainda mantinha um olhar preconceituoso sobre esse grupo, ao descobrir que eram indígenas, como eu teria que ir ao abrigo para conversar com o cacique sobre a baixa frequência das crianças, a convidei para nos acompanhar e a primeira pergunta que recebi foi: “- *Eles estarão pelados?*”. Eu disse que eles estariam vestidos e que por estarem em contexto da cidade, alguns costumes assemelhavam-se aos nossos. Ela

pareceu surpresa, contudo aceitou nos acompanhar. (Caderno de Campo, Visita à Escola, 30/06/22)

Observamos que a primeira fala revela uma concepção histórica de que os indígenas vivem na mata e andam pelados, este é um pensamento colonial velado e precisa ser combatido por meio da multiplicação do conhecimento e efetivo cumprimento da lei. Pois, há indígenas em todos os lugares, especialmente na cidade, escolas e universidades.

Outro ponto da identidade cultural deste grupo, é a coleta, já mencionada ao longo da pesquisa como uma forma de trabalho, o fato é que esta coleta é realizada geralmente por mulheres, que levam as crianças menores consigo. No contexto de análise interseccional, o fato de serem mulheres e crianças, indígenas e refugiados traz a elas marcas profundas de humilhação e ameaça de perda da guarda, pelo poder público, porque para a Lei brasileira e estatuto da criança, elas estavam sendo expostas ao perigo, sendo esta atividade considerada mendicância e vista como dinâmica de exploração, para os órgãos de assistência social. Mas, com o passar do tempo, os agentes públicos passaram a compreender esta atividade como uma forma de ganhar dinheiro, adaptada no Brasil, mesmo não autorizando e mantendo a postura de denúncia ao Conselho Tutelar. Como poderemos observar no trecho da entrevista a seguir

**Pesquisadora:** A última pergunta pra gente fechar, sobre essa coleta que você fala, que eles iam às ruas fazer pedidos de dinheiro, como que a secretaria via isso?

**Entrevistada:** Ai, era muito difícil, porque a gente tinha que medir a rede inteira. Dialogava muito próximo com o Conselho Tutelar, porque eles estavam expondo as crianças em um trabalho em situação de rua, então, periodicamente, tinha que ir lá, explicar, olha vocês são uma família, se não podem contar com todo mundo, se vocês vão pedir, então vai os adultos que não é proibido você pedir. Mas se você ver as crianças, vocês estão expondo eles a uma situação que a gente sente como violência. Então não de ficar na cultura de vocês, mas fazer isso aqui, nessa sociedade que vocês têm recebido hoje, está dizendo que vocês estão violando o direito de suas crianças. Então, reveza. Vai sair. Então, deixe as crianças com outro adulto e vai só vocês. E aí, aqui no território, toda vez que via, pessoalizava a gente, já abordava fazer, de voltar pra casa, dizendo que crianças não podem ficar. E eles começaram a ir pra outros municípios. Chegando a ir pra outros municípios, a gente tinha que fazer articulação com medo de acolher as

crianças que estavam em outros territórios. E aí teve até uma época que eles receberam uns familiares, e aí estavam lá no Rio, até foi a menina da CARITAS que eles entram em contato, dizendo que eles estavam pedindo porque o Aidamo estava obrigando a eles a pedir. Mas não foi isso. Qual foi a dinâmica? Se você está na casa, você tem que contribuir pra casa. Para contribuir pra casa, você tem que trabalhar. Qual é a forma de trabalho que eles reconhecem? A coleta, que na nossa sociedade é pedir dinheiro na rua, entendeu? Então, de início parecia que era uma dinâmica de exploração, e a gente viu que a forma que eles tinham dentro da nossa sociedade adaptada para o Brasil. (Entrevistado 1, Caderno de Campo, 02/12/2023).

Outro registro em que aparece uma fala preocupante, foi no encontro do GT, quando uma agente de saúde “reclama” que os indígenas estão ocupando o lugar de munícipes e desconsidera sua cosmologia e concepções de cura pelo sagrado. Contudo, no momento registrado, uma voz indígena se levanta e reivindica seu espaço de debate, fazendo com que o grupo repensasse a importância da mediação cultural na saúde e em outros setores do poder público para atendimento de grupos indígenas.

(...) Até este momento, havia harmonia, mas a partir da fala de uma enfermeira da atenção básica, que atende o grupo em visitas regulares à sua casa, muitos pontos de tensão surgiram. Disse, queixando-se, que não dispõe de carro para ir ao abrigo e que identifica os problemas de saúde do grupo, os orienta, mas que não tem suporte para levá-los ao posto de saúde. Ela relatou, de forma grosseira e demonstrando total desconhecimento da cultura indígena, que por vezes agenda consultas e eles (Warao) não comparecem. Disse ainda, que chegou uma médica nova ao posto de saúde, e que iria visitá-los em sua casa, mas que para isso, *outros cinco pacientes munícipes acamados* deixariam de ser atendidos, querendo demonstrar que os outros (munícipes) estavam perdendo seus direitos por culpa dos Warao, fortalecendo o estigma de entranhamento, no cerne social em relação ao povo indígena. Em meio ao choque cultural, Marize Guarani<sup>29</sup>, representante do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro) pediu a fala e saiu em defesa deles, dizendo que o Povo Indígena, de qualquer etnia, tem resistência à médicos e medicamentos. Disse também, que era preciso dialogar com eles, mas que eles precisavam entender o mundo indígena, pois a primeira medicina é a espiritual. E, lembrou que

---

<sup>29</sup> Marize Guarani é professora de história e foi a primeira indígena a ingressar no doutorado em educação na Universidade Federal Fluminense (UFF) por meio do sistema de cotas para indígenas.

na Constituição a saúde é diferenciada para eles. (Caderno de Campo, Reunião de GT, 23/05/22)

A respeito do atendimento diferencial, podemos observar no artigo 19, da Lei Federal nº 9.836, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, estabelecendo que

[“Art. 19-F.](#) Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.” (BRASIL, 2009)

Então, ainda naquela fatídica reunião, o Aidamo pediu a fala e começou a narrar o estado de saúde em que seu animal (cachorro) se encontra. Ele disse que o cão estava muito doente, que recebeu a visita do “doutor”, veterinário da Zoonoses (acionado pela saúde de NI), mas que passados 2 meses nenhum medicamento havia sido dado. Parece que o animal de estimação da família estava com uma doença em sua pele, que causa sangramento e poderia trazer algum risco à saúde dos humanos, especialmente, às crianças. Mas, analisando profundamente as concepções de natureza para os indígenas, não há distinção no cuidado entre seres humanos e animais, todos são seres vivos e merecem atendimento. O fato é que ele foi interrompido e disseram que a prioridade era dar assistência aos humanos. Mais uma vez interrompeu-se a reunião, e a liderança indígena ressaltou que, em suas palavras, “na cultura indígena, a vida do animal é tão importante quanto a nossa.” E frases foram proferidas como

“Me desculpe, mas o senhor não pode falar mais!

“Nosso tempo acabou.”

“Vamos encerrar.”

“Já sabemos a sua história, não precisa contar do início...”

(Caderno de Campo, Reunião de GT, 23/05/22)

Mas, você poderia me perguntar onde está o lugar de fala? Os problemas postos não estão relacionados a eles, os Warao? Então, idealmente, estes deveriam ser ouvidos e suas vozes consideradas. Spivak (2010), nos faz refletir ao afirmar que

“... o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, transação entre falante e ouvinte e, nesse sentido, conclui afirmando que esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar.” (p. 15)

Diante dos fragmentos expostos, podemos perceber o município não estava preparado para escutá-los. Pois, frequentemente não lhes eram oportunizados escutar suas demandas e compreender suas especificidades, pelo menos em nossas observações de campo. Aliás, a língua foi outro fator importantíssimo, que muito contribui para a falha na comunicação.

#### **4.2.3 - Categoria: Políticas Públicas - Desafios e aprendizados para o Município**

As políticas públicas permearam nosso texto como uma necessidade de construção e ação do poder público, como forma de garantia e manutenção de direitos dentro do município. Entendendo políticas públicas como aquelas que envolvem o processo de formulação, implementação e avaliação de programas e iniciativas governamentais. Isso inclui a identificação de problemas, a análise de opções de intervenção, a tomada de decisões sobre quais políticas adotar e como implementá-las, bem como a avaliação dos resultados alcançados. Sendo fundamentais para nortear o funcionamento da sociedade e promover o desenvolvimento econômico e social, garantindo direitos, distribuindo recursos de forma justa e buscando soluções para desafios enfrentados pela comunidade.

Para lidar com os desafios enfrentados e aproveitar os benefícios da integração dos Warao, foram estabelecidas articulações intersetoriais e implementadas políticas públicas específicas. A formação de grupos

intersetoriais facilitou a identificação de demandas e potencialidades, promovendo uma coordenação mais eficaz das respostas. Além disso, está em andamento a implementação de políticas públicas direcionadas para imigrantes e refugiados, incluindo a abertura de um centro de referência para fornecer suporte e assistência necessários. A chegada dos Warao, ao município, trouxe uma série de desafios, incluindo o enfrentamento de estigmas e preconceitos, além da necessidade urgente de se pensar políticas públicas de atendimento aos sujeitos refugiados, imigrantes e indígenas em territórios periféricos.

No entanto, apesar desses desafios, a presença dos Warao trouxe consigo benefícios e aprendizados significativos para o município. Sua chegada proporcionou uma nova perspectiva e experiência, destacando a importância do apoio mútuo e da compreensão intercultural. Embora o processo de acolhimento tenha sido marcado por dificuldades, foi percebido como uma oportunidade de aprendizado e crescimento para a comunidade local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros. (...) E os provoço a pensar na possibilidade de fazer o mesmo exercício. É uma espécie de tai-chi-chuan. Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar.  
*(Ailton Krenak, 2020)*

Em nossas últimas considerações, não poderíamos deixar de trazer o imortal Krenak, que nesta epígrafe nos faz refletir sobre a importância de compartilharmos nossas experiências e nos conectarmos uns com os outros, o que pode até “adiar o fim do mundo”, por que não? Quem sabe até poderemos prolongar nossa existência neste plano... É uma chamada para vivermos nossas vidas com autenticidade, enfrentando desafios reais e compartilhando nossas jornadas. A metáfora do céu representa limitações ou crises, mas a sugestão é que podemos superá-las através da interação e diálogo. É como um exercício de tai-chi-chuan, onde ajustamos nossa perspectiva e respiramos fundo quando nos sentimos sufocados pelo mundo ao nosso redor. E ser pesquisador não é viver tensões, conflitos para chegar ao fim da travessia? Ao longo da nossa jornada, tivemos chegadas e partidas, que muitas vezes transcenderam o plano físico e tocaram a alma. Aqui, pudemos nos apropriar de conceitos fundamentais para compreender a interação com o outro, e perceber que este é um ser infinito em sua singularidade e subjetividade.

Ao navegar pelos rios da pesquisa, descobrimos e realinhamos a nossa própria rota, impulsionada pelo contexto espaço-tempo e contratempos, que influenciaram nossa compreensão sobre o mundo e os outros. Como pesquisadora, imersa em uma jornada única de travessias e descobertas, buscamos trazer reflexões sobre o contexto vivido pelo grupo Warao, narrando sua história ancestral, bem como sua travessia desde a Venezuela ao Brasil, até suas demandas no município, por meio da conversa e parceria.

Assim, dialogamos sobre direitos, educação e identidade de indígenas refugiados em contexto periférico, considerando nossos interlocutores, que vivenciaram a diáspora como sujeitos plenos de direitos, inseridos em um contexto cultural, histórico e social, ao reconhecermos e ouvirmos suas vozes.

Ao debruçamos o olhar para objetivos traçados na pesquisa, podemos destacar que o primeiro objetivo foi o de investigar como um grupo indígena de etnia Warao chegou ao município de Nova Iguaçu, baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro, para alcançar este objetivo a estratégia foi a abordagem metodológica da conversar, em que buscamos manter a escuta atenta às vozes de nossos sujeitos e nos apoiamos, também, em publicações em de mídias digitais, que narravam essa travessia. Outro objetivo traçado foi o de identificar como foi realizado o processo de acolhimento em Nova Iguaçu, para este, o caminho da pesquisa foi a observação de campo e entrevista semiestruturada há alguns atores políticos, tanto público quanto individual.

Já o terceiro objetivo foi analisar a implementação de políticas públicas ou sua ausência, no processo de acolhimento na rede municipal no campo da educação, saúde e assistência social, e para cumprirmos o objetivo proposto, nos debruçamos na leitura de leis que regem o município, bem como pareceres técnicos emitidos pelo Ministério Público Federal. E, a conclusão que chegamos é a de que o município cumpriu em partes o que foi proposto, mantendo sua preocupação em dar auxílios para a sub existência no território, fornecendo auxílios financeiros como bolsa família e aluguel social, bem como matrícula em escola pública das crianças e oferta de assistência à saúde. Com a criação do GT, o olhar para os nossos sujeitos foi sendo ajustado e começaram a trata-los, não somente como refugiados, mas em alguns momentos como indígenas.

Digo, que há uma incompletude neste acolhimento, pois no campo da educação o atendimento ficou fragilizado e os direitos das crianças não foram oportunizados, conforme previsto em lei, mas tal ausência não se deu somente na educação, mas também em outras secretarias conforme registros de campo apresentados em capítulos anteriores. Há muito que se avançar na prestação de serviço para sujeitos como os Warao em nosso município.

Contudo, o quinto objetivo da pesquisa foi o de identificar os principais desafios neste acolhimento, reconhecendo experiências de outros estados. Para este objetivo, trouxemos a experiência de Teresina, que criou, como estratégia

de atendimento, a escola trilingue, contando com o apoio da comunidade local e serviria como um modelo para Nova Iguaçu, se houvesse interesse dos gestores públicos.

De certo, ao longo de nossa longa e desafiadora travessia, alguns questionamentos foram lançados. Dentre aquelas indagações, estava saber sobre o que provocou a diáspora daquele grupo, obtendo como resultado da pesquisa a busca pela sobrevivência. Buscou-se, neste trabalho, encontrar respostas às questões iniciais da pesquisa, e nos debruçamos mais uma vez à escuta dos sujeitos, a fim de saber como estava sendo viver ou sobreviver em Nova Iguaçu, saber também sobre a questão do domínio da língua, de como o grupo Warao estava sendo acolhido pelo município e como os Warao percebiam esse acolhimento. E as respostas vieram por meio da conversa, sendo possível perceber a insatisfação deles em relação ao acolhimento recebido no território. O que, infelizmente, os fizeram decidir sair do município.

Recordo-me que certa vez, fui ao abrigo a fim de conversar com os Warao para combinar sobre a entrevista que faríamos na outra semana, filmagem sobre a vida e manutenção da cultura Warao, em situação de refúgio na baixada fluminense. E neste dia, levamos uma doação de cesta básica e compramos brincos feitos por eles, como fazemos em toda visita. Naquele dia a rua estava intransitável, por conta das fortes chuvas que assolaram o município, por isso, quando saí de lá, fui acompanhada por um Warao, até o ponto de ônibus. Fomos conversando sobre as expectativas para o futuro, ele disse assim: “Eu ficarei aqui (em NI) com minha família, mas queria viver em um sítio para trabalhar e alimentar minha família.” (caderno de campo, 08/02/23). Saí de lá reflexiva, pois no meio do caminho havia tanta terra, e ele só queria uma...

No entanto, passados dez meses, todos os membros da família partiram, antes de findarmos o nosso trabalho, não sendo possível apresentar os resultados a eles. Foram de ônibus, com passagens compradas por eles, para Cuiabá (MT), onde foram recebidos por seus parentes. Nosso último contato foi em janeiro de 2024, quando por meio de mensagem telefônica, nos informaram que todos estavam bem e juntos. Assim, finalizamos o nosso texto com o sentimento de profundo agradecimento aos ensinamentos passados e a certeza de que a travessia foi vivida com muita luta, resistência e resiliência.

Mas, segundo o CENSO<sup>30</sup>, Nova Iguaçu possui cerca de **563** pessoas autodeclaradas indígenas, o que representa 0,07% da população total do território, o que representa uma pequena parcela da população que continua invisibilizada. Deixando-nos uma indagação: onde estão estes sujeitos?

---

<sup>30</sup> <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N6>

## REFERÊNCIAS

ACNUR BRASIL. **Os Warao no Brasil**: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2021. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ACNUR BRASIL. **Atuação do ACNUR junto às Redes Locais em Apoio à população Indígena Warao no Sudeste e Sul do Brasil**: boas práticas e lições aprendidas. novembro/2019 a Março/2021. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531\\_ACNUR\\_RelatorioWarao.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531_ACNUR_RelatorioWarao.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

ACNUR BRASIL. Documentário: **Série “Cultura Imaterial Warao” - Língua**. abril, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GaaT5DnSrol&list=PLj7uhvBH1\\_qvXg6SiLPsToe6oP9v9q0&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=GaaT5DnSrol&list=PLj7uhvBH1_qvXg6SiLPsToe6oP9v9q0&index=1), acesso em: 15 jun. 2023

ACNUR BRASIL. Documentário: **Série “Cultura Imaterial Warao” – Mito**. abril, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=BAWFCtlEZI8&list=PLj7uhvBH1\\_qvXg6SiLPsToe6oP9v9q0&t=4s](https://www.youtube.com/watch?v=BAWFCtlEZI8&list=PLj7uhvBH1_qvXg6SiLPsToe6oP9v9q0&t=4s), acesso em: 11 jun. 2023

ACNUR BRASIL. **ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) confirmou 174 pedidos na última quarta-feira sob o argumento de grave e generalizada violação de direitos humanos**. 29 Jul 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>). Acesso em: 05 mar. 2024.

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **TEIAS: Revista da Faculdade de Educação/UERJ**, Rio de Janeiro, n. 7-8, jan/dez 2003.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 51-64, Julho 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TwVDtwynCDrc5VHvGG9hzDw/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: 20 out. 2022

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. cap. 1 e 2. p. 48.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Estatuto do Estrangeiro. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981**. Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6964.htm). Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm). Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matriz conceitual atualizada e revista do Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased)**. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm). Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, mar. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 24 out. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul/dez 2011.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. **Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu**, promulgada dia 30 de maio 1990. Disponível em: [https://www.cmni.rj.gov.br/legislacao/lom/lei\\_organica\\_2004.pdf](https://www.cmni.rj.gov.br/legislacao/lom/lei_organica_2004.pdf). Acesso em: 30 nov. 23.

GASSÓN, Rafael; HEINEN, Dieter. ¿Existe un Warao Genérico?: Cuestiones Clave en la Etnografía y la Ecología Histórica del Delta del Orinoco y el Territorio Warao-Lokono-Paragoto. **Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 10, n. 1, p. 37-64, 2012. Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1153&context=tipiti>. Acesso em: 10 jun.2023.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 10 out. 2022.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior) *In*: LIV SOVIK, L. (Org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, 2003. p.1-18.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidade@](http://www.ibge.gov.br/cidade@). Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO MIGRAÇÕES DIREITOS HUMANOS (IMDH). **Migrações, refúgio e apatridia**: guia para comunicadores. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://cdhpf.org.br/noticias/migracoes-refugio-e-apatridia-guia-para-comunicadores/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO Nacional de Estadística. **Censo Nacional de población y vivienda**. 2011. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/ResultadosBasicos.pdf>, acesso em junho.2023

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023 disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Ref](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref)

%C3%BAgio\_em\_N%C3%BAmeros/Refugio\_em\_Numeros\_-\_final.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber ancestral**. 2. ed. São Paulo: Uk'a Editorial, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

L.B. JOSÉ. E. RODÓ. **La lengua Warao. Guía de Warao Teriguno - Inaminatu**. Elaborado por CRA. Carmen Maguilbray, disponível em: <http://calameo.download/005220900d129768f7c4e>, acesso em: 10 fev. 2024.

LIMA, Simone Xavier de. **Biblioteca Ramal No Município De Nova Iguaçu: Letramento E Práticas Leitoras**. 2010. Dissertação ( Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2010. Disponível em: [https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/dissertacao\\_de\\_mestrado\\_simone\\_xavier\\_de\\_lima.pdf](https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/dissertacao_de_mestrado_simone_xavier_de_lima.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

MELLO, Thiago de. **De Mormação na Floresta - "COM UM RIO."** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em: <http://sientopasareltiempo.blogspot.com/2016/01/com-um-rio-de-thiago-de-mello-de.html?m=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MENDES, Leila de Carvalho; Russo, Kelly; Barros, Kellen Dias de. Entre hospitalidade e hostilidade: famílias em situação de imigração na rede pública de educação brasileira. **Dialogia**, São Paulo, n. 35, p. 200-213, maio/ago 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n35.16913>. Acesso em: 10 out. 2022.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun. 2014, disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/18338/11399/39759>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Centro de Informação das Nações Unidas - United Nations Information. Rio de Janeiro: UNIC, 2008. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_)

Nacoes\_Unidas\_sobre\_os\_Direitos\_dos\_Povos\_Indigenas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Americana Sobre Os Direitos Dos Povos Indígenas**. Washington: Organização dos Estados Americanos, 2007. Disponível em [https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND\\_POR.pdf](https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND_POR.pdf), acesso em: 08 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. OIM capacita equipes do SUAS para atendimento a indígenas venezuelanos no RJ. **NOTÍCIAS GLOBAL**, outubro 2020. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/oim-capacita-equipes-do-suas-para-atendimento-indigenas-venezuelanos-no-rj>. Acesso em: 24 jun. 2022

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. Indígenas Warao frequentam a escola em projeto de alfabetização trilingue. **Revista Eletrônica**, abril 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/228965-ind%C3%ADgenas-warao-frequentam-escola-em-projeto-de-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-tril%C3%ADngue>. Acesso em: 31 jul. 2024

RENSI, Julia Silva; CÂMARA, Maria Luísa de Brito. Barreiras para o acolhimento dos Povos Warao no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 10, n. 20, p. 225-259, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/14692/8261>. Acesso em: 03 jan. 2023.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

RIVERA CUSICANQUI Silvia, “El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia”. **Revista Temas Sociales**, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus AM e de Belém – PA. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

RUFINO, Luís. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: [s. l.], 2021.

RUSSO, Kelly; MENDES, Leila de Carvalho; BORRI-ANADON, Corina. Crianças em situação de imigração na escola pública: percepções de docentes.

**Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 256-272, jan./mar. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/198053146943>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Érica Sarmiento da; RODRIGUES, Fernando da Silva. Migrações internacionais contemporâneas e crise de refugiados no arco noroeste do Brasil: o caso do acolhimento de venezuelanos pelo estado de Roraima (2018 – 2019). *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, SBS, v. 08, n. 19, p. 98-125, Mai.-Ago./2020. Disponível em [https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/581/pdf\\_67](https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/581/pdf_67). Acesso em: 02 mar. 2024.

TARRAGÓ, Eduardo; SANTOS, Márcio; e MOUTINHO, Pedro. **PARECER TÉCNICO /SEAP/6<sup>a</sup>CCR/PFDC Nº 208/2017**. Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. SEAP/6<sup>a</sup>CCR/PFDC. Ministério Público Federal (MPF), MPF, 2017<sup>a</sup>.

TARRAGÓ, Eduardo; SANTOS, Márcio; e MOUTINHO, Pedro. **PARECER TÉCNICO Nº10/2017SP/MANAUS/SEAP**. Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. SP/MANAUS/SEAP. Ministério Público Federal (MPF), MPF, 2017b.

TARRAGÓ, Eduardo; SANTOS, Márcio; e MOUTINHO, Pedro. **PARECER TÉCNICO Nº 328/2018 - DPA/SPPEA/PGR**. Levantamento do perfil migratório dos indígenas Warao nas cidades de Pacaraima (RR), Boa Vista (RR), Manaus (AM), Santarem (PA) e Belem (PA) e avaliação das condições de abrigo em cada local. DPA/SPPEA/PGR. Ministério Público Federal (MPF), 2018.

TARRAGÓ, Eduardo; SANTOS, Márcio; e MOUTINHO, Pedro. **PARECER TÉCNICO Nº 2193/2019 – DPA/CNP/SPPEA**, que foi o Levantamento do perfil laboral dos indígenas Warao na cidade de Manaus (AM) e investigação sobre o interesse das famílias indígenas da referida etnia em viverem na zona rural do estado do Amazonas. DPA/CNP/SPPEA Ministério Público Federal (MPF), 2019.

TARRAGÓ, Eduardo; SANTOS, Márcio; e MOUTINHO, Pedro. **PARECER Nº 1127/2020 – DPA/CNP/SPPEA**, que trata sobre a análise antropológica e medidas adotadas no combate à COVID-19, entre os indígenas Warao, provenientes da Venezuela. DPA/CNP/SPPEA. Ministério Público Federal (MPF), 2020

TARRAGÓ, Eduardo; SANTOS, Márcio; e MOUTINHO, Pedro. **PARECER TÉCNICO Nº 776/2021- CNP/SPPEA** - Análise antropológica da estratégia de interiorização de venezuelanos, caso aplicada aos migrantes indígenas, com foco na adequação cultural da atual estratégia de interiorização adotada pela Operação Acolhida. CNP/SPPEA. Ministério Público Federal (MPF), 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)**, v. 05, n. 1, Jan.-Jul. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002/10532>. Acesso em: 10 fev. 2022.

WILBERT, Werner; AYALA LAFÉE-WILBERT, Cecília. **Los Warao in Salud Indígena en Venezuela**. Caracas: Ediciones de la Dirección de Salud Indígena, Ministerio del Poder Popular para la Salud, 2007. v. 2. p. 331-397.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

### **Entrevista 1 – FUNCIONÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO**

- 1) Como vocês souberam da presença Warao na Baixada Fluminense e como surgiu a ideia de acolher essa família? Por que Nova Iguaçu quis acolher?
- 2) Como foi o primeiro contato com eles?
- 3) Como foi esse acolhimento, houve alguma disponibilização de recursos financeiro federal ao município para isso?
- 4) Por que os levaram para o bairro de Tinguá, e por que esse acolhimento foi em uma escola desativada?
- 5) Quais foram/são os maiores desafios para o atendimento e acolhimento deste grupo?
- 6) Como surgiu a ideia da criação do GT Intersectorial? Ele contribuiu no processo de acolhimento? Como?
- 7) Há alguma política pública para atendimento a imigrantes e indígenas em Nova Iguaçu?
- 8) quais principais desafios e ganhos para o município com esta experiência de acolhimento?

### **Entrevista 2 – MEMBRO DA SOCIEDADE CIVIL QUE PREESTOU ACOLHIMENTO EM JAPERI E ACOMPANHOU OS WARAO EM SUA TRAVESSIA À NOVA IGUAÇU**

- 1) Como vocês souberam da presença Warao na rodoviária Novo Rio?
- 2) Como foi o contato entre Japeri e Nova Iguaçu?
- 3) Qual foi o papel da organização a que pertence, neste processo?
- 4) Você ainda mantém contato com o grupo?

**APÊNDICE B - MODELO DE FORMULÁRIO COM O PERFIL MIGRATÓRIO  
DA FAMÍLIA WARAO PESQUISADA.**

**PERFIL MIGRATÓRIO WARAO**

**DATA:** \_\_\_\_\_ **CIDADE:** \_\_\_\_\_

**1. Local atual de moradia da unidade familiar:**

Endereço: Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ CEP:  
\_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

**2. Desde quando nesta cidade:** \_\_\_\_\_

**3. Composição da unidade familiar (fazer com um representante de cada família)**

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Parentesco em relação ao entrevistado</b>

Local de domicílio da unidade familiar na Venezuela:

Estado:

Cidade:

Município:

**4. Quando a unidade familiar chegou ao Brasil?**

\_\_\_\_\_

**5. Histórico de migração da unidade familiar no Brasil:**

<b>Cidade</b>	<b>Tempo de permanência</b>	<b>Razões de escolha do destino seguinte</b>

--	--	--

**6. Quanto tempo a unidade familiar pretende continuar permanecendo nesta cidade?**

---

---

**7. Sobre os planos migratórios da unidade familiar, se houver: Qual o próximo destino planejado?**

---

---

**Para quando?**

---

---

**Por que razões?**

---

---

**8. Qual a opinião sobre o local em que estão residindo atualmente?**

---

---

**9. Conhecem outros Warao que estejam morando em cidades do estado do Rio de Janeiro? Em que local? Possuem contato com eles? Como podemos contactar?**

---

---

**APÊNDICE C - CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E  
DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, Maria Elione da Costa Midões, Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento Escolar, tenho ciência e autorizo a discente **Carla Soares de Souza Sampaio** (Matrícula ME 2211255) no Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; a realizar o estudo de caso na E.M. Professora Therezinha de Jesus Araújo Hermida, que acolhe crianças do povo Waro, indígenas oriundos da Venezuela e em situação de refúgio.

Agradecemos deste já sua atenção. Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

Nova Iguaçu, 08 de fevereiro de 2021.

Atenciosamente,

  
**Maria Elione da Costa Midões**  
Superintendente de Planejamento e  
Desenvolvimento Escolar  
60/722.622-8

MARIA ELIONE DA COSTA MIDÕES  
STD Planej. e Desenv. Escolar  
MAT.: 60 / 722.622-8 / SEMED-NI

## APÊNDICE D – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO EM PERIFÉRIAS URBANAS  
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
 CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO  
 EM PERIFÉRIAS URBANAS - MESTRADO ACADÊMICO

### TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, \_\_\_\_\_,  
 nacionalidade: \_\_\_\_\_, RG/CPF n.º  
 \_\_\_\_\_, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e voz, constante nas  
 fotos/filmagens do Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas, Interculturalidade e  
 Educação (NEPII), nas pessoas de Carla Soares de Souza Sampaio e Kelly Russo, com  
 o fim específico de divulgação nas pesquisas realizadas pelo NEPII, UNIVERSIDADE  
 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ / FEBF, sem qualquer ônus e em caráter  
 definitivo.

A presente autorização, abrangendo o uso da minha imagem/voz nas  
 fotos/filmagens acima mencionadas é concedida ao Núcleo de Estudos sobre Povos  
 Indígenas, Interculturalidade e Educação (NEPII), a título gratuito, abrangendo inclusive  
 a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais científicos,  
 para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo  
 indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima  
 descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora  
 autorizada ou a qualquer outro.

Este documento consta de 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data:

Assinatura do participante de pesquisa:

\_\_\_\_\_.

Telefone para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO  
EM PERIFERIAS URBANAS - MESTRADO ACADÊMICO



## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM E VOZ – MENOR DE IDADE

Termo de Autorização de Uso de Imagem e voz do(a) Menor de Idade \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, menor de idade, neste ato devidamente representado por seu (sua) (responsável legal), \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade RG nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Av./Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, (município) \_\_\_\_\_/ (UF) \_\_\_\_, **AUTORIZA** o uso de minha imagem e voz, constante nas fotos/filmagens do Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas, Interculturalidade e Educação (NEPII), nas pessoas de Carla Soares de Souza Sampaio e Kelly Russo, com o fim específico de divulgação nas pesquisas realizadas pelo NEPII, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ / FEBF, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização, abrangendo o uso da minha imagem/voz nas fotos/filmagens acima mencionadas é concedida ao Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas, Interculturalidade e Educação (NEPII), a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais científicos, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro.

Este documento consta de 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_ do participante \_\_\_\_\_ de pesquisa: \_\_\_\_\_.

Telefone para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO  
EM PERIFERIAS URBANAS - MESTRADO ACADÊMICO

### TÉRMINO DE LIBRE CONSENTIMIENTO PARA EL USO DE IMAGEN Y VOZ

Yo, \_\_\_\_\_, nacionalidad:

\_\_\_\_\_, RG/CPF No.

\_\_\_\_\_, AUTORIZO el uso de mi imagen y voz, apareciendo en las fotos/filmaciones del Núcleo de Estudios sobre Pueblos Indígenas, Interculturalidad y Educación (NEPII), en la persona de Carla Soares de Souza Sampaio y Kelly Russo, con el objetivo específico de divulgar investigaciones realizadas por NEPII, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ / FEBF, sin cargo alguno y con carácter definitivo.

Esta autorización, que ampara el uso de mi imagen/voz en las fotografías/filmaciones antes mencionadas, se otorga al Núcleo de Estudios sobre Pueblos Indígenas, Interculturalidad y Educación (NEPII), en forma gratuita, incluida la licencia a terceros, directa o indirectos, e inserción en materiales científicos, para publicación/distribución en territorio nacional e internacional, por tiempo indefinido.

Siendo esta la expresión de mi voluntad, declaro que autorizo el uso antes descrito, sin que pueda reclamarse ningún derecho conexo a la imagen aquí autorizada a cualquier otra.

Este documento consta de 02 (dos) ejemplares de igual contenido y forma.

Lugar y fecha:

Firma del participante de la investigación:

\_\_\_\_\_.

Telefono para contacto: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO  
EM PERIFERIAS URBANAS - MESTRADO ACADÊMICO

### TÉRMINO DE LIBRE CONSENTIMIENTO PARA EL USO DE IMAGEN Y VOZ - MENOR

Plazo de Autorización para el Uso de Imagen y Voz del Menor

\_\_\_\_\_,  
(nacionalidad) \_\_\_\_\_, menor de edad, por el presente debidamente  
representado por su (su) (tutor legal),  
\_\_\_\_\_, (nacionalidad)  
\_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, portador de Cédula de Identidad  
nº. \_\_\_\_\_, inscrita en el CPF/MF con el nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, con domicilio en Av./Rua  
\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, (municipio)  
\_\_\_\_\_/ (UF) \_\_\_\_\_, AUTORIZA el uso de mi imagen y

voz, constante en las fotos/filmaciones del Centro de Estudios sobre Pueblos Indígenas, Interculturalidad y Educación (NEPII), en el pueblo de Carla Soares de Souza Sampaio y Kelly Russo, con el objetivo específico de divulgar investigaciones realizadas por NEPII, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ / FEBF, sin cargo alguno y con carácter definitivo.

Esta autorización, que ampara el uso de mi imagen/voz en las fotografías/filmaciones antes mencionadas, se otorga al Núcleo de Estudios sobre Pueblos Indígenas, Interculturalidad y Educación (NEPII), en forma gratuita, incluida la licencia a terceros, directa o indirectos, e inserción en materiales científicos, para publicación/distribución en territorio nacional e internacional, por tiempo indefinido.

Siendo esta la expresión de mi voluntad, declaro que autorizo el uso antes descrito, sin que pueda reclamarse ningún derecho conexo a la imagen aquí autorizada o cualquier otra.

Este documento consta de 02 (dos) ejemplares de igual contenido y forma.

Lugar y fecha: \_\_\_\_\_  
Firma del participante de la investigación:

\_\_\_\_\_  
Telefono para contacto: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE E – ATA DE DEFESA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE  
PPG EM EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO



**PPGECC**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO  
EM POLÍTICAS

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos 25 dias do mês de junho de 2024, no horário de 10 horas e 30 minutos às 13 horas, foi realizada, na Sala Revoluti do 3º andar da FEBF-UERJ, a defesa pública da dissertação de mestrado de **CARLA SOARES DE SOUZA SAMPAIO**, intitulada **“Imakaquitane Warao / A travessia Warao: O processo de acolhimento de indígenas venezuelanos refugiados em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro”**. A Banca Examinadora constituída por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelly Russo (Orientadora-UERJ), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Arruzzo (UFRRJ) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Letícia de Luna Freire (UERJ), emitiu o seguinte parecer: *o trabalho*

*está aprovado e ressaltamos a relevância social, acadêmica e política do estudo que apresenta dados e reflexões sobre um debate contemporâneo de suma importância no contexto dos fluxos migratórios e a educação nas Américas Latina e no cenário internacional. Sugerimos que o trabalho seja divulgado através de publicações e novas pesquisas.*

Resultado final:

- Aprovada  
 Atender exigências  
 Reprovada

No caso de indicação da Banca para atender exigências, a aprovação da Defesa ficará condicionada à entrega da Dissertação reformulada pelo aluno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a ser submetida a pelo menos 1(um) membro da Banca, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir parecer final. Para fins de titulação, a inserção da Dissertação no acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a data de aprovação da Defesa.

Eu, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nielson Rosa Bezerra, Coordenador deste Programa de Pós-Graduação, lavrei a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

*Kelly Russo*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelly Russo (Orientadora-UERJ)

*Roberta Arruzzo*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Arruzzo (UFRRJ)

*Letícia de Luna Freire*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Letícia de Luna Freire (UERJ)